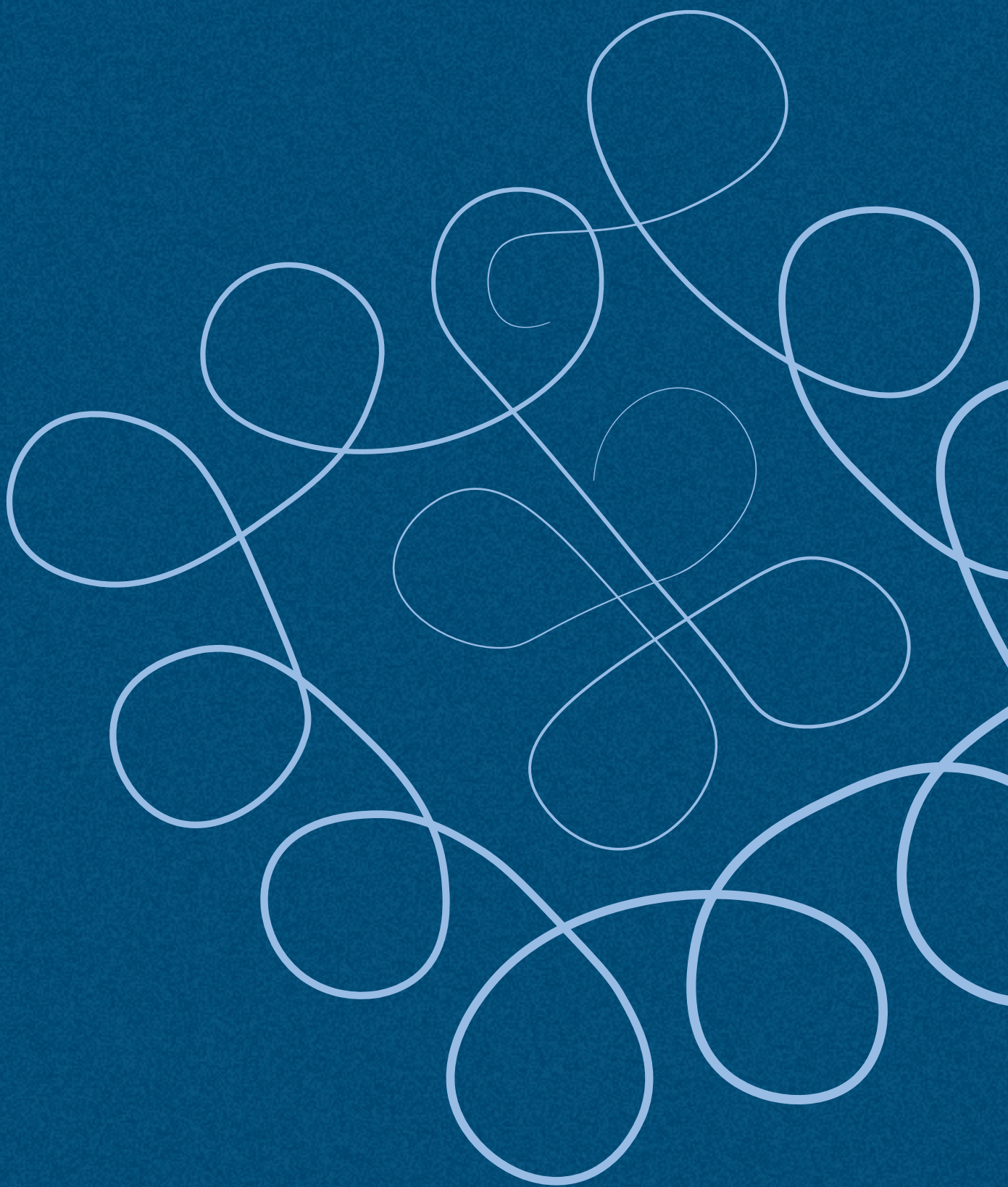




Manual de Cobertura sobre Violência de Gênero no Ambiente Universitário

um guia para capacitar jornalistas, estudantes e informar
a comunidade

Lia de Lima Junqueira



2025, Lia de Lima Junqueira. Direitos reservados à autora.

EDIÇÃO E REVISÃO FINAL

Karina Gomes Barbosa

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Clevertton Monteiro

Este manual é um produto jornalístico, feito como pré-requisito parcial para a conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

*A todas aquelas que foram violentadas e invisibilizadas pela mídia
Espero que agora tenham, ao menos, uma cobertura respeitosa*

Uma ação para o futuro

Prefácio

Muita gente me pergunta por quê. Ou como. *Por que* dedico meu tempo a pesquisar violências de gênero, especialmente violação sexual e assassinatos. Como consigo olhar repetidamente para imagens de meninas e mulheres mortas ou violentadas, no audiovisual e no jornalismo. Uma das respostas, certamente, está no *Ariadnes*. Ao longo do anos, este espaço se tornou muito mais que um grupo universitário: é uma família de amigos, amigas e amigues, ao modo do que a produção artística de Nan Goldin vem nos ensinando desde os anos 1980.

(Quase) Toda quarta-feira, num gabinete do campus do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) ao longo de duas horas a gente faz a discussão desses assuntos pesados, tristes e doloridos ser mais leve, porque estamos juntas, juntos, juntas para nos apoiar, para caminharmos lado a lado. Debatesmos nosso espanto diante de representações audiovisuais antigas e novas que insistem em transformar corpos dissidentes e subalternizados em fetiche, território de violência, alvo de violências. Discutimos os modos pelos quais o jornalismo atualiza sua estrutura masculina e, não raro, misógina. Trazemos à tona, também, as frestas por onde nossa esperança se aloja. É um grupo de afeto e força.

Um assunto que nos mobiliza constantemente são as violências de gênero no ambiente educacional. Os lugares que eram para ser, como dizia Paulo Freire, espaços de amor e liberdade, historicamente se constroem como ambientes de feminicídio, assédio, estupro, apropriação intelectual, violência psicológica, stalking, entre tantos outros nomes para agenciamentos que fraturam a integridade de mulheres, sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+ (grupos mais sujeitos a ocuparem a posição de vítimas), sobretudo quando estão em posições hierarquicamente inferiores. Se esses corpos ainda forem atravessados pela racialização, por deficiências, pela vulnerabilidade econômica, entre outros marcadores identitários, se tornam ainda mais suscetíveis às violências. A universidade brasileira tem sido, historicamente, um equipamento de produção de vítimas, a cada violência que passa impune, a cada testemunho desacreditado, a cada processo obstruído, a cada entrave burocrático que desanima quem tenta enfrentar o processo por tentativas de justiça. E o jornalismo desafia muito pouco esse *status quo*.

Este tem sido um tema caro a Lia desde que ela ingressou no Ariadnes, ainda nos primeiros semestres da graduação em Jornalismo. Seja por meio da escuta de relatos testemunhais de sobreviventes de violências no ambiente universitário, seja pela análise de coberturas jornalísticas acerca do assunto, seja – especialmente – por uma indignação permanente diante dessa situação. Neste trabalho, Lia quis lançar um olhar não para o abismo do presente, mas para o futuro. Para o daqui-em-diante. Faz isso a partir de um manual que ajuda o jornalismo a melhor se posicionar diante deste assunto, entendendo que, historicamente, não há formação específica sobre gênero e sexualidade nos cursos de graduação, e que um contingente muito baixo de jornalistas busca essa especialização. Ainda mais se pensarmos nas redações do interior do país, tão precarizadas em diversos sentidos.

Certamente, para propor um jornalismo gendrado na cobertura de violências de gênero no ambiente universitário, foi preciso mergulhar fundo em tudo que o jornalismo fez e faz hoje. Em todos os erros, todas as reativizações, todas as violências simbólicas e midiáticas. Um gesto difícil. Lia parte daí, desse conhecimento aprofundado, disciplinado e cuidadoso para convidar a saídas e possibilidades. Um ato em busca de que o jornalismo cumpra sua função social de denúncia, fiscalização e visibilização, se posicione ao lado dos mais vulneráveis e materialize sua ligação umbilical com os direitos humanos. É um produto pioneiro, bem cuidado, embasado e acolhedor, com a cara de sua autora. Um trabalho de fôlego incalculável.

Este trabalho renova minha esperança no futuro-presente de nossa profissão, a partir da convicção de que há espaço para a transformação e de que ela virá, por meio de gente como Lia, por meio de ações como esse manual. É um trabalho, também, que ajuda a responder aquelas perguntas. Por quê? Como? Por isso, desse modo – juntas.

Karina Gomes Barbosa
Mariana, agosto de 2025.

Existem marcas mais difíceis de apagar que outras

Falar, pensar e pesquisar violência de gênero na mídia, no jornalismo é tarefa que exige coragem e estômago. O primeiro para não desistir durante o processo e o segundo para suportar tantos textos, imagens e vídeos absurdos que nos deparamos constantemente. Isso porque as violências direcionadas às mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e negras, por exemplo, e veiculadas na mídia costumam ser especialmente brutais – nos sentidos mais literais da palavra.

Nesse mesmo sentido, o processo de elaboração do projeto gráfico deste manual deseja alcançar a dupla função de contextualizar a violência de gênero no ambiente universitário e dar novas possibilidades para a produção jornalística acerca dos casos. Por isso, utilizamos as cores da tradicional borracha “azul e vermelha”, aquela que apaga lápis e caneta (como diz a lenda).

A ideia veio por se tratar do ambiente educacional, mas também porque um lado apaga o que é “mais simples” e o outro conta com materiais mais abrasivos quando entram em contato com a tinta. Ou seja, em alguns casos temos mais trabalho para apagar determinadas marcas – assim como as representações de violência de gênero, que são danosas mas estão cristalizadas de alguma maneira no imaginário social.

Dessa forma, a borracha simboliza essa tentativa de apagar os rastros negativos, nocivos do jornalismo e, por outro lado, faz o movimento de reescrever novas alternativas para noticiar – com respeito e ética – as violações. Esse movimento, porém, deve ser feito com cautela e comprometimentos inegociáveis, pois esse tipo de cobertura não é simples, demanda tempo e apuração, que precisam ser respeitados.

*Para saber mais sobre a história da borracha, confira aqui.

Apresentação

A violência de gênero não é novidade e as maneiras pelas quais ela se manifesta são perversas, deixando marcas por onde passa. O ambiente universitário por sua vez é marcado por diversas heranças discriminatórias, em um tempo que apenas grupos específicos podiam ocupar esses espaços.

Nessa miscelânea de significados e sentidos, o jornalismo entra como peça fundamental para pautar, apurar, investigar e encontrar novos horizontes para as pessoas vítimas dessas violações – e aqui inicia-se o Manual. Ele está aqui para que os caminhos de uma apuração (que costuma/pode ser longa) sejam facilitados, com dicas práticas e informações na ponta da língua.

Mais que isso, ele se coloca como um posicionamento político, crítico a essas violências invisibilizadas pelas instituições, poder público e também no jornalismo. Ao desvelar uma discussão essencial como essa, sua função será não apenas auxiliar jornalistas, mas também educar a comunidade em geral, sobre denúncias e ações possíveis.

Quanto à parte visual do produto, realizada em conjunto com Cleverton Monteiro, queríamos algo objetivo, que fosse direto ao ponto. Mas, ao falar de um tema tão sensível e difícil, nós encontramos um caminho que deu sentido a essa complexidade: o uso de flores e símbolos abstratos. Isso por conta de uma música, **Flor de Plástico**, do cantor baiano Russo Passapusso, no qual ele fala do que está suspenso:

*Mas eu não quero cair
E não consigo voar*

Simbolicamente essa suspensão nos liga a violência de gênero no ambiente universitário, pois ela acontece, está presente, mas não é abordada como poderia/deveria ser – **e portanto paira como ameaça**. Não está no céu; não está no chão. Ainda há tempo de propor mudanças.

Boa leitura e boa apuração!

Sumário:

1- Introdução	9
2- Violências de gênero no ambiente universitário - por que estamos falando disso?	13
O que isso significa na prática?	16
De quais violências estamos falando nesse ambiente?	19
As violências se manifestam da mesma forma para diferentes pessoas?	23
É preciso pautar a universidade como ambiente de violências	25
Como o jornalismo pode ser aliado nesse processo?	30
3- Rotinas produtivas: pré-produção; produção; edição e circulação	33
Antes	35
Durante	37
Edição	41
Circulação	50
Como representar com imagens os casos de violência?	51
4- O que fazer e o que não fazer nas coberturas - Exemplos práticos e referências	54
5- Como funcionam os Processos Administrativos Disciplinares (PADs)?	63
Quais são as punições previstas?	69
Falta protocolo nos PADs?	71
Sobre o anonimato das acusações e denúncias	75
Pedidos de recurso e revisão	78

6- O lugar da vítima	80
Existe um jeito “certo” da vítima se portar?	86
E quando o acusado é um “aliado”?	88
7 - Por que cabe ao jornalismo pautar e nomear as violências de gênero no ambiente universitário?	95
Com que fontes devo falar sobre violência de gênero na universidade?	99
Nunca fiz uma cobertura com perspectiva de gênero, onde posso achar referências jornalísticas para isso?	104
8 - Violentômetro de situações no ambiente universitário	105
9 - Checklist de bolso	110
10 - Materiais adicionais	113
Episódios de podcast	115
Programas	115
Livros	115
Outras produções	116
Índice Remissivo	118
Referências bibliográficas	119



01.

Introdução



Quando pensamos na cobertura jornalística de violências, é comum associá-la àquelas representações no estilo sangrento que estamos acostumadas a ver na mídia brasileira – com sirenes, carros de polícia, **fotos explícitas** e notícias que reforçam comportamentos brutais. Porém, este manual vai tratar de um conjunto de violências que acontecem, muitas vezes, de maneira silenciosa e recebem pouca notoriedade: as violências de gênero no ambiente universitário. Esses casos são realidade, eles acontecem e ferem corpo e alma das pessoas que as vivenciam, que **sobrevivem a elas**.

De acordo com a pesquisa feita pela National Academies of Sciences, Engineering and Medicine (NASEM, 2018), nos Estados Unidos, o ambiente acadêmico é o segundo com mais números de assédio sexual – só fica atrás das bases militares. No entanto, observamos um cenário no qual muitas instituições* não elaboram ações de prevenção ou enfrentamento, fazendo com que essas violações **não sejam sequer reconhecidas, muito menos investigadas**.

Na esteira desse contexto, a cobertura que observamos no jornalismo é pouco qualificada e perpetua a invisibilização desses casos, que ganham pouco espaço nos veículos de comunicação e, por sua vez, pouco espaço no debate público. Nossa missão, enquanto jornalistas – e, principalmente, alinhadas à igualdade de gênero e aos direitos humanos – é informar, interpretar e analisar a realidade, fazendo disso um compromisso inegociável.

Para isso, é preciso pensar sobre a ética jornalística como ponto de partida para o exercício crítico de transmitir as informações de maneira qualificada e aprofundada. A ética diz respeito à reflexão e responsabilidade do que é produzido no nosso trabalho, fazendo com que torne-se indispensável pensar além do que é considerado “de interesse público e interesse do público”, mas como essas escolhas moldam e impactam as vidas de quem/o que está sendo pautado diariamente. O exercício não é simples, pois é como nadar contra uma maré fortalecida pela mídia hegemônica, porém é preciso.

Por fim, um Manual nos ajuda e soma no debate crítico e ético do

jornalismo justamente por elaborar uma espécie de caminho para uma cobertura mais qualificada e aprofundada sobre temas específicos – tal qual a violência de gênero no ambiente universitário. A função deste Manual, portanto, é traçar boas práticas, fornecer dicas e expor maneiras qualificadas para cobrir essas violências que tanto observamos, mas que não sabemos exatamente como lidar/cobrir/abordar – e agora vamos.

Dessa forma, um **Manual de Cobertura sobre Violência de Gênero no Ambiente Universitário** serve não somente às jornalistas, comunicadoras e estudantes da área, mas para todas as pessoas interessadas e engajadas nessas temáticas. Ele funciona como um guia, tanto para entender melhor o que é possível fazer na esfera interna das instituições – como a protocolização de denúncias e os Processos Administrativos Disciplinares (PADs) – ou mesmo para esclarecer quais são essas violências, que até aqui, soam como um elefante na sala – de aula, inclusive.

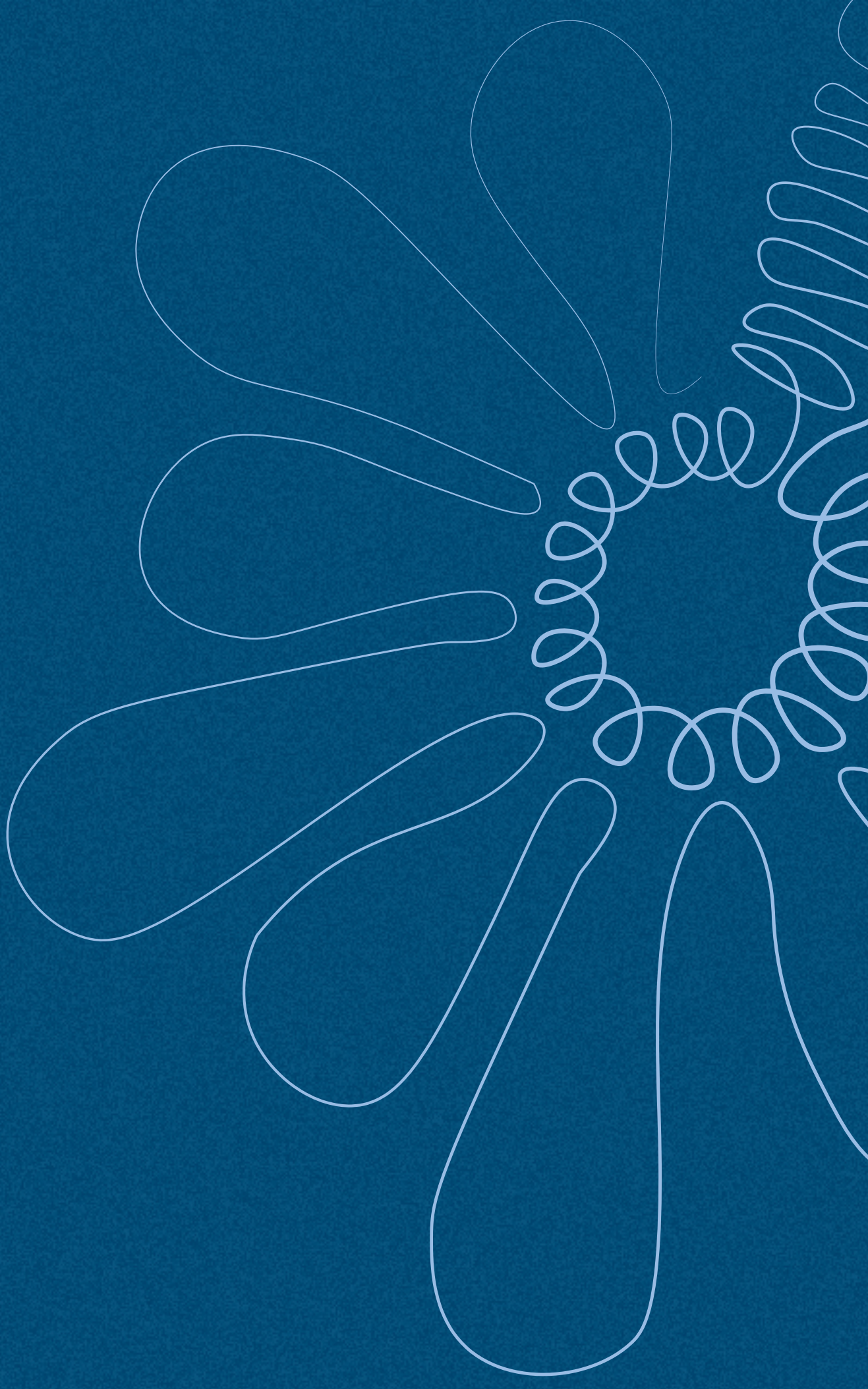


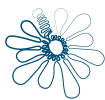
Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que a maioria das universidades públicas não têm políticas de combate e prevenção ao assédio. Para ver mais, confira: [60% das universidades federais não têm políticas de combate ao assédio, diz TCU | Educação | G1](#) e [TCU faz raio-x do combate ao assédio nas universidades públicas](#).

The background is a solid dark blue. Overlaid on this are several white line-art elements. On the left side, there is a dense, vertical cluster of overlapping loops and swirls, resembling a stylized plant or a tangled mass. To the right of this, there are several large, elongated, teardrop-shaped outlines that are more loosely defined. The overall composition is abstract and modern.

02.

**Violências de gênero no
ambiente universitário -
por que estamos falando
disso?**





Neste manual irei tratar apenas do âmbito de ensino público, desde os casos analisados até as disposições do direito administrativo para julgá-los. Portanto, torna-se necessário ressaltar que o ambiente universitário privado (em que também ocorrem inúmeras violências) não será tratado, até mesmo porque as punições seguem o regimento de cada instituição, logo a cobertura também é diferente.



Para acessar

Você pode conferir a pesquisa completa em: [Representatividade Feminina em Reitorias e Vice-reitorias das Universidades](#)

Historicamente as universidades e ambiente de ensino superior públicos são majoritariamente ocupadas por um grupo específico de pessoas em posições de poder: homens brancos cisgênero heterossexuais sem deficiência (e com boas condições financeiras). Esse mesmo grupo é o que ocupa, até hoje, os principais cargos nos topos da hierarquia – uma pesquisa* de 2020 mostra que, de um total de 67 reitorias, apenas 15 eram ocupados por mulheres; entre as vice-reitorias, de 65, apenas 22 eram mulheres (Santos; et al, 2020, p. 5). Mais que isso, basta um simples exercício de olhar ao redor e observar quem são professores, o que esse grupo nos diz? Nesse olhar, pensarmos também: quem está ausente dessa foto? Quem eu não vejo nas salas de aula, nas direções? Ainda há homogeneidade nesse ambiente.

Dessa maneira, é preciso pensar o que esse grupo, detentor de diversos privilégios, propaga e reproduz dentro do ambiente educacional. As professoras Natália Lisboa e Flávia Pereira, no artigo **“Panos quentes queimam quem denuncia”: propostas a partir do feminismo decolonial para superação da violência de gênero na universidade pública**, vão descrever como:

“A universidade é um microcosmo dessa estrutura social colonial. É um ambiente onde as relações de poder, muitas vezes, estão aguçadas, exacerbadas pelo narcisismo, pelo egocentrismo. E é, historicamente, um dos locais mais brancos e masculinos em termos de ocupação de posições de poder. É um ambiente que, por muito tempo, não foi visto e divulgado como um lugar institucionalmente violento.” (Lisboa; Pereira, 2024, p. 7)

Ou seja, esses locais estão repletos de situações e acontecimentos violentos, pois são reflexos de uma sociedade machista, misógina, patriarcal, racista e LGBTQIAPN+fóbica. No entanto, o debate sobre as

violências começa a aparecer – ainda que de maneira tímida – e ganha mais uma camada de complexidade: o apoio a essas figuras de “autoridade” dentro das universidades. Quem desses altos cargos de poder deseja abrir mão de benefícios próprios, parcerias acadêmicas e amizades antigas (professores, servidores técnicos e administrativos) em prol da segurança de mulheres e outras pessoas vulnerabilizadas por esse sistema?

Poucos são os verdadeiros aliados nesse combate às violências nas instituições, pois alguns que ora se dizem dispostos a enfrentar esse problema, quando se deparam com um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), logo iniciam suas retaliações e desacreditizam o trabalho de investigação e responsabilização que está sendo construído. Dessa maneira, o enfrentamento e prevenção a esse tipo de violação tem desafios desde o princípio, tornando mais difícil nossa tarefa como comunicadoras/es na prática jornalística.

Porém, uma vez que a mídia (seja no próprio jornalismo ou em filmes, séries e podcasts) configura-se como espaço para pautar e manifestar de diferentes formas como as violências são nocivas – para o ensino, nos casos que trago aqui, mas para tantos outros aspectos; como saúde mental, vida e exercício cidadão – e devem ser enfrentadas institucionalmente, isso nos dá uma missão diferente. A comunicação pode – e deve – tratar do âmbito universitário, porque é um aspecto relevante da sociedade; além disso, tem a obrigação ética de expor, denunciar, esclarecer e manter o diálogo aberto entre comunidade e pessoas atingidas por essas violações.

O que isso significa na prática?

Como consequência direta, podemos pensar na chance das produções chegarem até aquelas que não sabiam da possibilidade de responsabilizar seus

agressores, fazendo com que haja chances de reparação, sentimento de justiça. Além disso, algo que observamos ao longo do processo de escrita deste material foi o aumento da cobertura nos casos de violência no âmbito universitário, resultando num movimento que funciona em duas vias: as pessoas estão denunciando mais, procurando mais informações e agindo mais – reduzindo os casos subnotificados, que sabemos que acontecem mas não têm ações diretas.

Mais que isso, há também uma virada no interesse público, que ao saber dos casos pode (e deve) cobrar das autoridades competentes mais ações, mais mobilizações de prevenção e combate, dando mais visibilidade aos acontecimentos. Uma vez que o jornalismo começa a pautar, falar sobre esses assuntos, ocorre a reverberação em quem está do outro lado, fazendo com que mude a percepção e interpretação dos casos.

Por muito tempo, podemos pensar, a universidade representou esse espaço onde violências ocorriam e ninguém era responsabilizado, não se falava sobre os casos abertamente – e mesmo quem ousasse falar era reprimida, rechaçada e sofria ainda mais represálias –, onde os panos quentes sempre protegeram os autores. Porém, há uma mudança expressiva nos últimos anos, não pelos números de acontecimentos, mas pela maior circulação dos fatos, o debate mais estabelecido e um “rompimento com o acordo tácito de silêncio sobre as múltiplas violências contra as mulheres na vida universitária” como descreve Natália Silveira de Carvalho (2022) no artigo [Experiências Femininas na Universidade: Violência de Gênero e Resistência Feminista](#).

Além do medo de denunciar e ser rechaçada, temos também o receio de jamais alcançar qualquer notoriedade dentro da vida acadêmica, já que os detentores de maior poder são os homens – comumente aqueles, inclusive, que praticam assédios e extrativismo

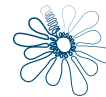
intelectual*, como observamos no caso Boaventura. Ou seja, as perdas não são “apenas” simbólicas, no corpo e alma, mas também no currículo de pesquisadoras e seu (não) reconhecimento.

Isso é somado ao fato de termos de lidar com julgamentos a partir do olhar do outro, uma vez que “aceitamos” determinadas situações por coação, justamente por estarmos submetidas à uma situação de violência e ainda enfrentar desconfiças de terceiros. Como dizer não ao orientador? Ao professor que se mostrou aberto em nos ajudar (porém com condições implícitas para isso)? É bem mais difícil do que parece.

Somos obrigadas a aceitar, coagidas a isso. Mesmo reconhecendo a violência brutal, é comum que muitas vezes as vítimas não consigam agir; gritar; denunciar. Ainda que saibamos como essas situações acontecem, vivenciá-las na pele é diferente.

Natália Silveira (2022) ainda alerta para outra consequência dos assédios e violências: o abandono da universidade ou do curso. É comum que após o trauma muitas pessoas não sintam-se à vontade para continuarem nestes ambientes, com seus perpetradores por perto e não tendo como “fugir” de determinadas situações – um único professor for responsável por uma matéria obrigatória e não há possibilidade de escapar dessa presença, por exemplo. Ademais, lidar com a impunidade frequente é ainda mais violento, observando mais casos e sentindo-se acuada, incapaz de alterar a configuração desses lugares – é preciso lembrar, porém, que qualquer responsabilização das vítimas é indevida.

Na esteira desse contexto o jornalismo vem como uma possibilidade; de informar, denunciar e mostrar o que há de injusto, errado – para assim, pautar também o desejo de reparação e interesse público. Dessa maneira, o ato de comunicar torna-se estratégico, como destaca o **Manual Universa para Jornalistas - Boas Práticas na Cobertura da Violência Contra a Mulher***,



Extrativismo Intelectual

A prática de se apropriar do trabalho, pesquisa e/ou ideia de outras pessoas sem dar os devidos créditos, como autoria/coautoria ou mesmo sem qualquer reconhecimento ao trabalho de uma outra pessoa.



Para acessar

O Manual completo está aqui: [Boas práticas na cobertura da violência contra a mulher](#)



A Lei N° 13.104, de 2015, altera o Código Penal e prevê o feminicídio como circunstância qualificadora de crime de homicídio e o inclui no rol de crimes hediondos. Feminicídio, por sua vez, é o assassinato de uma mulher “por razões da condição do sexo feminino”, de acordo com o texto da lei.

Em 2024 foi aprovado o chamado “Pacote Antifeminicídio”, ou Lei N° 14.994, que configura o crime como autônomo, aumenta sua pena (que é ainda acrescida em certas condições de vulnerabilidade como idade, deficiência) e reforça outros aspectos para o combate da violência contra a mulher.

justamente por esse papel mobilizador da mídia, na formação de opinião e pressão para políticas públicas, por exemplo.

Se há uma estratégia de agressores em nos silenciar enquanto mulheres, há também uma estratégia da mídia em abordar esse tema de forma qualificada, interessada e densa.

De quais violências estamos falando nesse ambiente?

As violências de gênero não são novidade. Podem ter mudado de nome, é verdade, uma vez que reconhecemos o assassinato de uma mulher motivado pelo gênero como **feminicídio***, por exemplo, ou entendemos as diferenças entre assédio e importunação sexual – que descrevo logo à frente.

Porém, é preciso voltar um pouco no tempo para entender pontos principais do que estamos tratando, pois a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres é contínua e feita por muitas mãos. A partir do momento em que a Lei Maria da Penha foi criada, em 2006, observamos uma mudança expressiva no debate público, cobertura noticiosa e até mesmo no reconhecimento institucional sobre as violências contra as mulheres. Mas, temos de lembrar, elas continuam acontecendo; dia após dia, feminicídio após feminicídio, os números nos alertam – e ainda crescem.

Ou seja, é necessário que nós, mulheres e/ou jornalistas, tenhamos a compreensão do que são essas violações, saber diferenciá-las e caracterizá-las, para assim estabelecer métodos e estratégias de combate e prevenção. Pois entendemos que apenas a criminalização (necessária, claro) não é suficiente, e precisa de mais componentes no embate contra esses crimes. Vamos então às violências.

O Sindicato Nacional dos Docentes das

Instituições de Ensino Superior (Andes) elaborou um **Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de Assédio Moral e Sexual, Racismo, LGBTfobia e qualquer discriminação e violência*** que nos auxilia no entendimento de algumas das principais violências dentro do ambiente educacional.

O texto destaca as três formas de violência e define:

Assédio Moral: forma de violência que se manifesta por meio de gestos, palavras e atos que desrespeitam a integridade física e/ou psicológica de uma pessoa ou grupo, na relação entre membros da comunidade acadêmica. Consiste na exposição de ocorrência única ou repetida de servidores/trabalhadores e estudantes a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, praticadas por uma ou mais pessoas, por meio de comportamentos com o objetivo de: humilhar, ofender, ridicularizar, inferiorizar, culpabilizar, amedrontar, punir ou desestabilizar emocionalmente os trabalhadores e os estudantes, colocando em risco a sua saúde física e psicológica, além de afetar o seu desempenho e o próprio ambiente de trabalho ou estudo. Considera-se o assédio moral em suas manifestações diversas: assédio moral vertical descendente e ascendente; horizontal, misto; organizacional, cyberbullying.

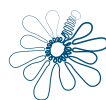
Importunação Sexual: nos termos do artigo 215-A do Código Penal, prática contra alguém e sem a sua anuência de ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de terceiros ou favorecimento sexual.

Assédio Sexual: delito tipificado no artigo 216-A do Código Penal, também se configura por um comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar, ou constranger pessoa, afetar sua dignidade,



Para acessar

O Protocolo completo
está aqui: [Cartilha
ProtocoloDeCombate
ANDES](#)



Ainda que a Cartilha e outros textos discutam e reconheçam o assédio moral e suas implicações, não há, na legislação brasileira, qualquer lei ou indicações nominais a ele. Há interpretações a partir de outras leis, que podem condenar a prática, mas nenhuma que seja exclusiva. Desde 2001 está em tramitação o Projeto de Lei (PL n. 4742) que visa tipificar o crime no ambiente de trabalho, ele foi aprovado na câmara mas aguarda votação no senado. Você pode acompanhar aqui sua tramitação [PL 4742/2001](#).



É importante diferenciar abuso sexual e estupro. Ainda que todo estupro seja abuso sexual, nem todo abuso sexual é necessariamente estupro. Eles são definidos assim no Manual Universa:

Violação sexual

mediante fraude: é a conjunção carnal ou ato libidinoso que ocorre quando, apesar da vítima consentir, o fez sob argumentos que não eram verdadeiros por parte do autor do crime. Casos de médicos que tocam uma paciente sem necessidade, somente para ter acesso às suas partes íntimas, por exemplo.

Estupro: é qualquer prática de conjunção carnal ou ato libidinoso que acontece forçadamente, sob violência ou ameaça. Também é estupro a prática sexual que acontece sem consentimento expreso da vítima — mesmo durante o sexo, uma mulher pode não querer fazer uma determinada prática. se seu parceiro a obrigar a fazer, é estupro.

ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Para efeitos dessa normativa, a terminologia “assédio sexual”, quando adotada, inclui os casos de importunação sexual previstos no artigo 215-A do Código Penal.

Esses três tipos de violência são algumas das mais frequentes nesse ambiente, porém acontecem ainda outros casos, como estupro, abuso sexual e feminicídio*. E, claro, todas as formas de discriminação, seja de gênero, raça, sexualidade, etnia, deficiência, faixa etária ou classe, também se configuram dentro do ambiente acadêmico, uma vez que entendemos a universidade como microcosmo da sociedade, na qual são refletidos diversos preconceitos.

Vale ressaltar ainda que violências ocorridas no interior de relações de amizade e relacionamentos românticos estabelecidos neste espaço (da universidade) também fazem parte dessa mesma cobertura, justamente por conta dos vínculos definidos no ambiente universitário. Logo, devemos nos atentar para não somente incluir o gênero – e interseccionalidades –, mas também compreender o ambiente universitário como peça fundamental na manutenção dessas violências, que já acontecem fora e continuam se manifestando no interior dessa estrutura.

Mais que isso, é preciso entender na cobertura os porquês desses locais darem voz e espaço para preconceitos, identificando sintomas de toda uma sociedade patriarcal, misógina, racista, capacitista, etarista e classista. E também entender como tudo isso se infiltra no ambiente acadêmico, trazendo violências psicológicas, físicas, morais e sexuais para essa convivência.

Vou descrever rapidamente, com base na Lei n. 11.340/2006 (ou Lei Maria da Penha) o que são e como se caracterizam essas violências, também muito recorrentes no ambiente educativo:

Psicológica: caracteriza-se por comportamentos que causam danos emocionais (como humilhações, xingamentos, ameaças e chantagens que minam o bem estar da pessoa);

Física: é aquela que envolve atos que causam danos ou lesões ao corpo (como empurrões, socos, tapas, puxões de cabelo e atirar objetos em alguém);

Moral: é qualquer conduta praticada para desqualificar, humilhar e intimidar a vítima (comentários, exposição da vida íntima para outras pessoas, invenção de histórias com intuito de humilhar a pessoa);

Sexual: dá-se mediante qualquer conduta sexual que a vítima não tenha consentido ou que tenha sido forçada a aceitar mediante ameaças e coerção (como forçar relações sexuais, proibir o uso de métodos contraceptivos, forçar o aborto quando ela não quiser);

Patrimonial: acontece quando envolve a destruição, pela retenção de bens e recursos econômicos e tem como finalidade exercer poder e controle sobre a vítima (como deixar a vítima sem acesso aos seus bens, controlar seu uso, esconder e quebrar objetos de apreço pessoal).

Há ainda a violência simbólica, que o Guia de Direitos para Pessoas Assediadas*, da Universidade Federal de Santa Catarina, define como:

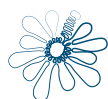
“Refere-se a uma forma de violência “invisível”, percebida em comportamentos, pensamentos e modelos das instituições sociais em que se perpetuam e se impõem determinados valores culturais. São exemplos de violência simbólica as expressões: “toda mulher dirige mal”; “cozinha bem, já pode casar”; “foi estuprada porque estava de roupa curta”; “vai ficar para titia”.”

Podemos compreendê-la também nas representações midiáticas, que retratam meninas e mulheres expondo seus corpos feridos, duvidando de relatos de violência ou sexualizando essas figuras para



Para acessar

O guia completo está aqui:
[Guia de Direitos das
Pessoas Assediadas UFSC](#)



O Manual Universa para Jornalistas - Boas Práticas na Cobertura da Violência Contra a Mulher destaca a

violência de gênero online: “No ambiente digital, ou por meio dele, mulheres são expostas, humilhadas e ridicularizadas. Quando essa violência assume um caráter de diminuição somente pela vítima ser mulher, podemos classificá-la também como violência de gênero”. Ou seja, além da propagação desse tipo de violação online, é preciso lembrar que as relações construídas, firmadas dentro da universidade também se enquadram nessa categoria.

“culpabilizá-las” – como se roupas justificassem crimes –, por exemplo. A forma com que os discursos também podem ser violentos é algo fundamental para compreendermos as diversas facetas das violências de gênero.

A junção desses fatos apresenta ainda uma nova violência, que é feita de um conjunto de fatores e experiências específicas; a violência “acadêmica”, ou violências de gênero no ambiente universitário, que ocorrem a partir dessas relações, dentro e ao redor delas. Tudo envolve gênero e sexualidade (e suas interseccionalidades), claro, mas é preciso compreender a especificidade desses casos, onde se misturam ao âmbito educacional e a práticas normalizadas por nós enquanto sociedade – como aquele professor que “toca muito” ou é “inconveniente”, que faz “piadinhas” constrangedoras.

Além disso, há também situações de violência que podem parecer mais difícil de classificar, mas têm a ver com gênero, sexualidade e suas interseccionalidades. Como comentários em relação ao corpo de uma pessoa em tom de julgamento; interromper colegas na sala de aula repetidamente ou dar fala apenas a grupos específicos; duvidar quando alguém relata uma violência; stalkear* alguém, invadindo sua privacidade; dentre outros exemplos que estarão listados no capítulo **Violentômetro no ambiente universitário**.

As violências se manifestam da mesma forma para diferentes pessoas?

É importante pensar, para além da violência, nas pessoas que a vivenciam, claro. Apesar de o perfil dos perpetradores ter uma homogeneidade – homens cisgênero brancos, segundo os dados da Ouvidoria Feminina, da Universidade Federal de Ouro Preto, relativos aos casos atendidos entre 2018 e 2024 –, o

conjunto das pessoas violentadas é múltiplo e diverso. Também são diferentes as maneiras pelas quais são vitimizadas.

Podemos pensar em uma situação hipotética, em que temos uma mulher preta e uma mulher branca, ambas são cisgênero e hétero, estudam na mesma instituição. A maneira pela qual a violência de gênero se manifesta com cada uma é diferente (e muito). Primeiro porque elas não são definidas apenas por esses marcadores, tendo em vista outras questões como classe, o lugar onde residem, o caminho que percorrem para chegar até a universidade e questões subjetivas de cada uma, que são íntimas e pessoais. No entanto, é preciso compreender de que maneira esses marcadores sociais e de identidade determinam como os sistemas de poder vão operar na vida dessas mulheres – e outras pessoas.

Além disso, é preciso considerar outros marcadores, como deficiência, sexualidade, gênero, classe, localidade, geração/idade e peso, por exemplo, que vão operar de diferentes formas – e com diferentes combinações – sobre como essas pessoas vão ser afetadas, interrompidas, escutadas e, por fim, acolhidas. Isso também vale para a cobertura, pois sabemos que mulheres brancas recebem mais atenção, mais humanização nos relatos jornalísticos, em detrimento de mulheres negras, por exemplo. É dever da comunicação representá-las de maneira digna, humana e respeitosa, tendo em vista que, muitas vezes, essas mesmas pessoas têm seus direitos negados apenas por existir.

O conceito de **interseccionalidade**, de Kimberlé Crenshaw (1989), reivindicado por diversas pesquisadoras do feminismo negro estadunidense como essencial para entender como um conjunto de marcadores sociais atua na manutenção de preconceitos. Na área da comunicação, a professora Fernanda Carrera (2020)* operacionaliza a ideia e o utiliza como metodologia na área da comunicação, portanto, é



Para acessar

O artigo completo está
aqui: [Vista do Roleta
interseccional](#)

fundamental para pensar sobre isso e entender como as opressões operam de maneira combinada, fazendo com que uma mulher preta e lésbica, por exemplo, enfrente estigmas diferentes dos de uma mulher branca hétero.

No entanto, quando pensamos em uma determinada hierarquização de opressões, caímos em um novo erro, pois não é pela adição desses marcadores que problematizamos, mas pela reflexão envolvida, a contextualização dos acontecimentos em torno dos acontecimentos e de seus entrelaços – no caso do jornalismo.

Sendo assim, a cobertura precisa levar em conta esses fatores durante todo o processo de apuração e edição e, sobretudo, temos de ter atenção nos produtos finais, para que esses corpos/mentes já violentados não passem novamente por processos desumanizadores e pouco éticos.

É preciso pautar a universidade como ambiente de violências

Quando acontecem casos de violência sexual, assédios e discriminação feitas por professores, servidores técnicos, terceirizados e alunos, é comum noticiar com alguma (ainda que pouca) ênfase no gênero, ou seja, pelo fato de ser uma mulher naquele ambiente e ser vítima desse tipo de ação.

No entanto, em algumas situações, observamos que o gênero se distancia na cobertura, como se nada tivesse a ver ou fosse apenas um caso de segurança para o público em geral – mas que afeta muito mais mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. A partir disso é possível questionar e até tensionar as produções jornalísticas para que o debate de gênero, raça e sexualidade esteja colocado e seja considerado (porque não é) em casos de estupro, feminicídio e importunação sexual – e não apenas uma questão de segurança pública.

Durante o mês de julho de 2025 na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) ocorreram três casos que ganharam notoriedade e tiveram uma cobertura relativamente expressiva – principalmente dos veículos da região. O primeiro foi um feminicídio, de Solange Aparecida Sobrinho, 52 anos, encontrada seminua e com sinais de estrangulamento. Ela não era estudante da instituição e a área em que estava não era utilizada pela universidade.

Caso de feminicídio:

“Veja o que se sabe sobre mulher encontrada morta na UFMT em Cuiabá”

via G1

“Mulher é assassinada dentro da UFMT e polícia busca elucidar crime VEJA VÍDEO”

via Araguaia Notícia

Na semana seguinte uma aluna, 23 anos, foi agredida por um homem em situação de rua dentro do campus. Ela estava andando em direção ao prédio quando foi surpreendida por alguém segurando seu braço – que foi exibido com machucados em algumas matérias.

Caso de agressão:

“Homem suspeito de agredir estudante na UFMT é preso em Cuiabá”

via Estadão Mato Grosso

“Aluna é agredida por homem em situação de rua dentro da Universidade Federal de Mato Grosso”

via Rede da Notícia

Ainda na mesma semana, outro caso contra uma mulher, de 19 anos (não identificada na cobertura jornalística), ocorreu: um homem agarrou a estudante e forçou um beijo. Ele já havia insistido com palavras e, após negativas, atacou fisicamente a jovem.

Caso de assédio sexual:

“Homem é preso por assédio dentro da UFMT e estudantes organizam ato contra onda de ataques no campus”

via Clique F5

“Homem é preso por beijar estudante da UFMT à força”

via Minuto MT

Em meio a todos esses acontecimentos, a polícia concluiu que Solange, do primeiro caso, foi vítima de estupro. Ou seja, não era apenas um caso de feminicídio, mas também de violência sexual.

Caso de feminicídio

“Perícia aponta que mulher achada morta na UFMT foi vítima de violência sexual”

Via G1

“Laudo confirma que vítima foi estuprada antes de assassinato”

via Gazeta Digital

O que todos os casos têm em comum? A resposta, desde o primeiro caso deveria aparecer: a violência de gênero. Ela liga todas essas mulheres e não é apenas “coincidência” que os corpos de três mulheres foram feridos, invadidos ou mortos no mesmo local. Somos os alvos mais constantes dessas violações, mas, ao não



Como estamos falando da cobertura no ambiente digital é importante pensar na possibilidade de edição do texto/material colocado. Sendo assim, se ocorreram erros com nomes, termos ou quaisquer outros detalhes, é possível alterar e corrigir.

evidenciar isso, somos colocadas mais uma vez à deriva. A cobertura, portanto, não enxerga essa ligação e trata os casos como “preocupação de segurança pública” ou segurança no campus.

A segurança das mulheres está – e sempre esteve – em jogo no ambiente universitário, que nos trata com desprezo, como corpos a serem objetificados sexualmente ou machucados. Somente no terceiro caso os veículos parecem chegar à conclusão de que a vida de um grupo em comum está em risco. A linguagem, no entanto, ainda é distante da que é correta – com uso de voz passiva e abuso de supostos.

Trecho da Matéria:

“Solange Aparecida Sobrinho foi **encontrada morta** em uma área desativada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no campus de Cuiabá, na manhã de quinta-feira (24). A Polícia Civil investiga o caso como possível homicídio ou latrocínio.” via [G1](#)

No exemplo colocado acima é possível identificar a voz passiva – que tira a ação de quem cometeu o ato e coloca discursivamente sobre quem a sofreu –, o que reforça a ideia das mulheres como vetores para as violências e não responsabiliza seus atores. O uso desse tipo de construção alimenta ainda uma trama, um suspense, no qual queremos clicar para acompanhar e saber o desfecho da história – quase como uma novela.

Segundo Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2021) é preciso prestar atenção nas narrativas que são construídas a partir das notícias, ou seja, como aquela história está sendo contada, quais efeitos são acionados e de qual “personagem” eu deveria sentir comoção ou tomar partido. Em geral, observamos coberturas pouco informadas, que responsabilizam mulheres e não abordam a dimensão estrutural das violências de gênero, portanto, estamos acostumadas a duvidar dos relatos de

mulheres, de pensar que elas “merecem” de alguma maneira, aquilo que aconteceu.

Outro ponto a ser observado é de que nos dois últimos casos houve homens presos – um deles em situação de rua e o outro, como mostrado em fotos, um homem preto. O que isso nos diz? Podemos pensar que os sujeitos para quem a punição chega tem raça e classe bem definidas; as imagens, números e representações nos dizem isso – relacionando esses marcadores constantemente às violências, como afirmam Veronica Soares da Costa e Phellipy Jácome no artigo **Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero***. É evidente que todas as pessoas que cometem crimes devem ser punidas por eles, mas será que o sentimento de justiça alimentado pela mídia é realmente reparador ou distribuído igualmente? Ou reforça ainda mais estereótipos racistas e classistas, por exemplo?

Uma das funções da mídia pode ser questionar essas “verdades absolutas” que somos educadas a acreditar, podendo assim compreender como as estruturas de poder agem para deixarem os mesmos sujeitos no topo e, por consequência, outros abaixo.

Além disso, é preciso olhar para os casos que ocorrem dentro desse contexto, como em eventos, casas compartilhadas e convivência estudantil. Muitos deles não chegam ao conhecimento público, é verdade, porém existem aqueles que “furam a bolha” e geram coberturas desinformadas, distantes dessa realidade brutal que perpassa gênero, raça, classe e sexualidade, por exemplo.

Uma vez que eles conseguem chegar à mídia, não costumam ser tratados como pertencentes ao “ambiente universitário”, daí não têm contextualização de violências, de gênero ou de qualquer coisa. Eles ficam como “mais um”, que acontecem frequentemente, mas a cobertura nos dá impressão de que são distantes, diferentes, que nada têm a ver, que não são parte de um



Para acessar

O artigo completo está aqui: [Um problema cotidiano](#)

cenário mais amplo. Dessa forma não é possível fazer uma ligação entre um e outro, que todos tratam de um mesmo tema – o que também leva à desmobilização, já que são apenas “casos isolados”.

É preciso, de uma vez por todas, tratar e pautar o ambiente universitário como local de violências múltiplas, somente assim é possível construir ações de prevenção e combate sólidas, que levem em consideração casos que estão intrinsecamente ligados.

Como o jornalismo pode ser aliado nesse processo?

A mídia é responsável por representar e criar, no nosso imaginário, diversas imagens: o que é bom; o que não é bom; quem é vilão e quem é mocinho; quem merece uma punição severa e quem não merece; o certo e o errado; entre outras perspectivas veiculadas diariamente por esses meios.

Fernanda Carrera no artigo **Roleta Interseccional: Proposta metodológica para análises em comunicação** vai trazer uma perspectiva interessante sobre isso:

“O espaço midiático, portanto, é um lugar de contínua disputa de experiências, no qual sujeitos subalternizados reivindicam a interrupção da sua percepção de exterioridade e o domínio de suas próprias narrativas” (Carrera, 2020, p. 8)

Sendo assim, o papel do jornalismo na cobertura de violências de gênero inseridas no ambiente universitário é, em primeiro lugar, **incluir** esses temas na cobertura de maneira séria e qualificada. Quando afirmo isso, estou pensando em textos, cobertura e materiais jornalísticos que vão a fundo nas informações, de forma ética, como a cobertura do **caso Alysson Mascaro*** feita pelo *Intercept Brasil*. O trabalho de



Vale aqui ressaltar um ponto: o caso Mascaro não é sobre mulheres, mas homens gays como alvo de seus assédios e outras violências. No entanto, isso serve de lembrete por dois motivos: as mulheres não são as únicas vítimas desses casos, apesar de serem as mais constantemente violentadas; além disso é importante observar como sujeitos que não se encaixam “perfeitamente” nas normas de gênero normativas – como homens hétero cisgênero – também são alvo desse sistema patriarcal que desumaniza e viola os corpos que estão “fora das regras”.

apuração nesse caso levou tempo, foi feito de checagem afiadas, para que estivesse o mais contundente possível - e ainda assim foi alvo de questionamentos.

Além disso, é preciso que nós escutemos mais **especialistas** sobre violências de gênero, para assim compreendermos as dimensões – devastadoras, diga-se de passagem – que esses casos têm na vida de quem convive de perto com elas. Assim o jornalismo consegue evidenciar que todas as mulheres – e outros sujeitos que são alvo dessas perseguições, como no caso citado acima, em que homens gays foram violentados – são afetadas por um mesmo sistema, porém, isso ocorre de maneiras diferenciadas, desaguando em consequências mais ou menos severas.

Outro elemento essencial no debate é a inserção de **serviços** na reportagem ou matéria, contendo dados e passos de como denunciar (como a plataforma Fala BR, no caso das universidades e instituições públicas), a quem recorrer e informações cruciais nesse processo (como será descrito adiante). Além disso, acredito que ao inserir esses debates no jornalismo, portanto na vida das pessoas, é uma ótima maneira de incitar esses debates, tornar comum o questionamento das violências – e não o contrário, de quando nos “acostumamos” a lidar com elas ou a vê-las.

A comunicação, portanto, deve ser incômoda para aqueles que ainda defendem agressores, por exemplo, por apresentar um **contexto que explica** as diversas maneiras com as quais a violência está presente no nosso cotidiano e porque isso precisa ser repudiado. Uma sociedade que se acostuma com as violações repetidamente, as normaliza e não questiona. Como afirma Bertolt Brecht, poeta e dramaturgo alemão, no poema **Primeiro levaram os negros**:

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso

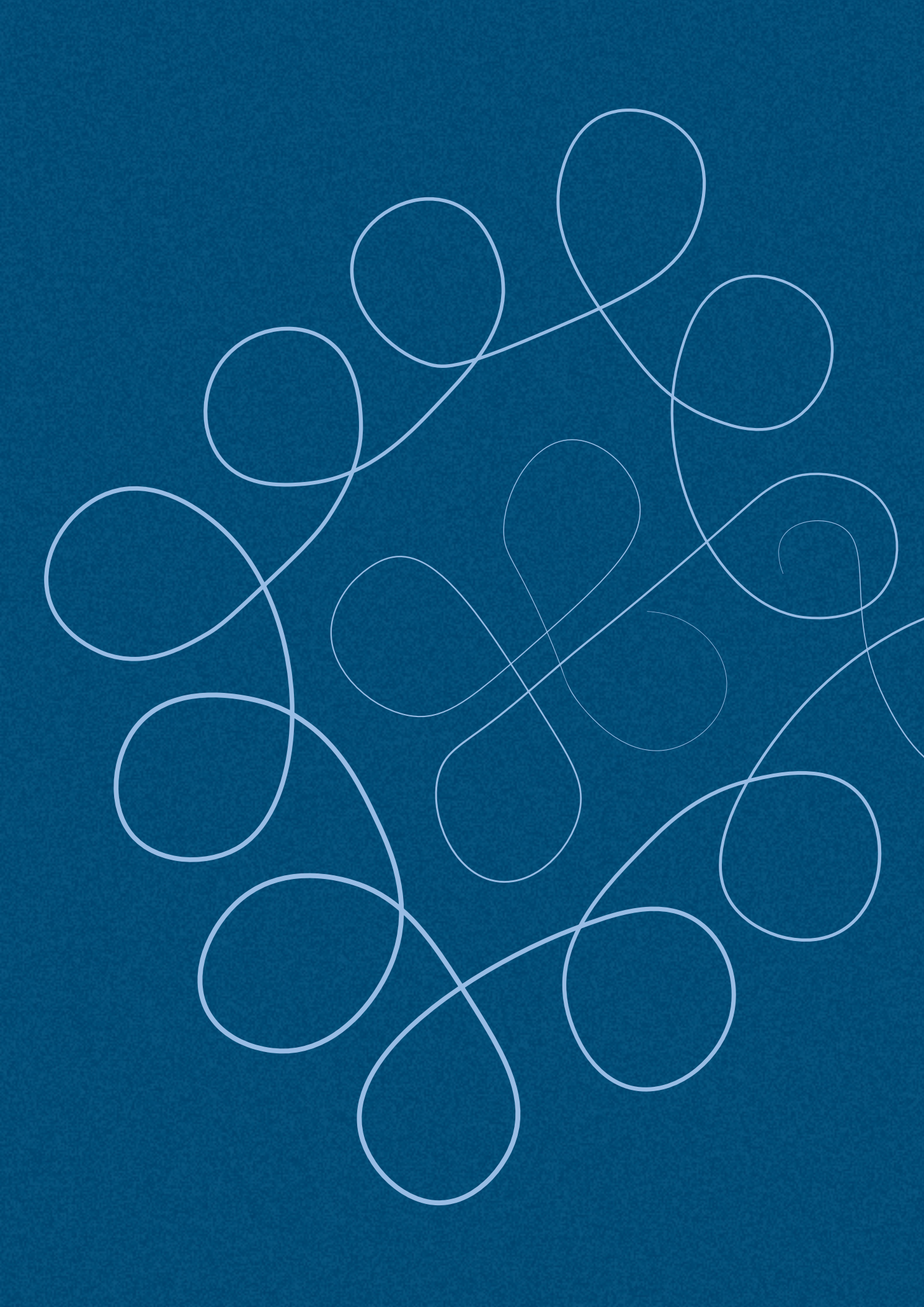
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.
(Brecht, s.data)

Portanto, é necessário que nós, comunicadoras/es, sejamos peças fundamentais para desatar as engrenagens da violência de gênero – e para isso é preciso compreendê-la, então vamos às rotinas de produção!



03.

Rotinas Produtivas:
pré-produção, produção,
edição e circulação



Antes

Acontecem violências de gênero no ambiente universitário constantemente, mas nem sempre elas chegam até os veículos de imprensa – ainda que locais. Quando chegam, o que observamos repetidamente é a pouca apuração, rasa e insuficiente, que reitera preconceitos e estereótipos – além de não contextualizar as violências.

A elaboração de uma boa pauta é um ótimo início de apuração, pois nos dá um norte de como prosseguir com o trabalho e também define o caminho que podemos percorrer – isso porque, muitas vezes, durante a apuração em si alteramos a rota. Ou seja, se desde o início adotamos uma postura ética e com perspectiva de gênero, é bem possível que vamos conseguir fazer um trabalho mais responsável.

Para construir uma boa pauta sobre esse assunto você deve:

- Entender de que maneira as violências de gênero se infiltram no ambiente universitário. Elas não são apenas “de gênero” ou características do “ambiente”, são as duas coisas em conjunto e isso precisa ser mostrado.
- Entender como se dão denúncias de assédio, abuso e estupro dentro das instituições, pois há um dispositivo legal (a Lei n. 8.112/90) que rege a conduta de servidores públicos. Isso não exige de uma pessoa mover uma ação nas esferas civil ou penal*, mas são campos diferentes. Ou seja, não há prisão em um processo administrativo, por exemplo, mas pode haver demissão – a depender do caso.
- Inserir fontes que sejam qualificadas para falar sobre o tema; sejam especialistas, instituições que tratam de violência de gênero ou mesmo instituições públicas que tratem do assunto. (você pode conferir uma lista de fontes mais à frente no manual).



Para entender mais sobre esferas administrativa, civil e penal leia [Responsabilidade Civil x Responsabilidade Penal | JusBrasil](#) ou [Conexões entre as instâncias penal, administrativa, civil e de improbidade: prescrição e efeito vinculante](#).

Para buscar informações sobre o tema há algumas questões específicas dessa cobertura, como o fato de que os Processos Administrativos Disciplinares (PADs) são sigilosos durante a tramitação. Somente após o julgamento, a conclusão torna-se pública – no caso das universidades, fica registrado nos Boletins Administrativos*. Isso será destrinchado no tópico a seguir.

Porém, algo que precisa estar claro desde a elaboração da pauta é: a cobertura de violências precisa de **sensibilidade**, **atenção** e uma apuração especialmente **ética**. Não é pela velocidade da produção que vamos chegar a boas matérias e reportagens, mas pela **qualidade** do processo de elaboração, entrevistas e escrita. Se você não possuir o material necessário para prosseguir com a apuração é melhor esperar, falar com mais fontes e investigar melhor o que está ao redor – como a jornalista Ana Clara Costa afirmou na entrevista do programa Fio da Meada*, sobre o processo de apuração das acusações de assédio sexual de Silvio Almeida, ex-ministro de Direitos Humanos, foi preciso falar com mais pessoas, entender o andamento das coisas.

Uma observação sempre importante é da diversidade das fontes; é preciso escutar pessoas pretas, LGBTQIAPN+, com deficiência, de diferentes regiões e idades. Com isso, a cobertura torna-se mais plural, conseguindo alcançar mais pontos de vista que nos ajudam, em conjunto, a encontrar possíveis soluções.

Proponha outras pautas para além de violência:

A cobertura de outros acontecimentos dentro do ambiente universitário é fundamental para inserir no debate público as expressões e reivindicações do movimento acadêmico. Por isso, pautas de manifestações estudantis – que agem também como termômetro das discussões internas – e ações de



Boletins Administrativos

Os boletins servem como veículo de comunicação interna, para registrar os acontecimentos oficiais da instituição. Essas publicações internas são espécies de diários oficiais sobre todos os atos administrativos executados pela administração, em diversas instâncias (reitoria, diretorias, departamentos). Entre eles, a instalação e conclusão de PADs. Nem todas as instituições usam o mesmo nome. Alguns se chamam “boletim de atos oficiais”, “boletim interno”, “boletim de serviço” – identificar a publicação correta é parte da apuração.



Para acessar

Confira a entrevista na íntegra aqui: [Ana Clara Costa e a anatomia do caso Silvio Almeida - Rádio Novelo](#)

combate e prevenção de violências, por exemplo, precisam estar presentes no jornalismo.

As universidades públicas são de toda a população e isso precisa se refletir na mídia, mostrando quais produções acontecem dentro dos muros da universidade e porque elas são importantes para a sociedade em geral. Deve-se inserir nas agendas não apenas como notas, sem aprofundamento, mas verdadeiras apurações que deem conta da complexidade das discussões que são para todo o público – com isso também aproximamos esses dois “mundos” que parecem distantes, mas que são intrinsecamente ligados.

Durante

Uma vez que a pauta é aprovada e vamos para o campo (ou para a apuração em si) é preciso ter em vista alguns pontos fundamentais para prosseguir com compromisso e cuidado. Nem sempre todas as fontes que foram indicadas na pauta inicial darão prosseguimento ao processo, elas podem desistir de falar mesmo após toparem – isso porque falar de traumas e violências é difícil, desafiador. O **Dossiê Violência contra as Mulheres***, da Agência Patrícia Galvão, nos dá dicas importantes sobre o que fazer nesses casos:



Para acessar

O Dossiê completo está aqui: [Dossiê Violência contra as Mulheres](#)

“Procure um serviço de apoio para entrar em contato com a fonte

Diante deste quadro, o caminho mais recomendado para entrevistar uma mulher que passou pela situação de violência é procurar o serviço especializado no acolhimento de vítimas. Os profissionais desse serviço poderão auxiliar a encontrar uma possível entrevistada que já esteja fortalecida para falar da violência sofrida, além de dar o apoio necessário para que essa situação contribua com seu processo de superação e não seja traumatizante.



Confira aqui [onde encontrar serviços](#) da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Mostre delicadeza, tato, empatia e paciência

É importante não confinar a pessoa ao lugar de vítima. Mostre que quer ouvi-la, que entende que ela passou por momentos difíceis e que não está lá para fazer qualquer espécie de julgamento, nem sobre o comportamento dela nem sobre o do agressor (não esqueça que, em muitos casos, a mulher mantém uma relação de intimidade e afetividade com o autor da violência). Pode ser que não seja possível concluir a entrevista no mesmo dia. Talvez seja mais conveniente voltar outro dia em que ela se sentir com condições de falar a respeito.”

Além disso, algumas práticas do **Projeto Ariadnes** nos servem como guias:

Dê mais controle à pessoa

Em coberturas sensíveis é preciso deixar a pessoa o mais confortável possível, desde o local da entrevista até a forma com que o tema será abordado. Preparamos perguntas que suscitam relatos, e não apenas “sim” ou “não”, pois assim podemos entender como a pessoa classifica o que viveu, como ela descreve.

A entrevista não é sobre a/o jornalista

Ainda que a identificação por meio de exemplos seja uma estratégia comum, os relatos de violência os dispensam. Dar “exemplos” ou contar histórias pessoais não é adequado pois retira o foco da pessoa entrevistada. Além disso, não deve-se afirmar que “entende” aquilo, pois as violências despertam sentimentos singulares em cada pessoa que as vivencia – se achar adequado pode dizer que sente muito pelo ocorrido.

Não minimize o sofrimento da pessoa

Ao entendermos que as violências acionam diferentes formas de ferir uma pessoa – seja física, moral, psicológica ou sexualmente –, não temos como compreender como uma vítima se sente a partir do que viveu. Logo, enquanto jornalistas não devemos minimizar ou dizer “podia ter sido de tal forma” (em alusão a exemplos piores de violência).

Todos esses processos devem ser norteadores para cobertura de violências, pois ela se difere das outras que estamos acostumadas tanto pela urgência, quanto pela sensibilidade e empatia envolvidas.

Algumas perguntas essenciais para guiar essa abordagem (não somente com vítimas, mas na apuração em geral):

- Como você se identifica?
- Como você entendeu que estava passando por uma violência de gênero?
- Por que a violência de gênero no ambiente universitário é um acontecimento comum, mas pouco abordado?
- Existem outros relatos de assédio (por exemplo) com um mesmo autor?
- Existem ouvidorias ou projetos que discutam as violências no seu campus/instituição?
- Você se sentiu acolhida quando procurou essas instâncias?
- Se sim, como você acha que é a recepção da comunidade em relação a isso?
- Como a instituição lidou com seu caso? Quais foram os procedimentos adotados?
- Para você, o que seria justiça em relação à violência que sofreu?
- Como se caracterizam as relações de poder dentro da universidade? Sejam elas entre professores/servidores com alunas e mesmo entre alunos e alunas?

Esses exemplos nos ajudam a guiar conduta, porém precisam ser amplificados com especificidades dos casos, da(s) vítima ou até mesmo em relação ao agressor (ver mais no tópico **“E quando é um ‘aliado’?”**). Busque perguntas que possam orientar seu trabalho e que a produção final consiga “responder” – mas lembre, sempre com ética!



É importante dizer que muitos desses crimes não ficam registrados, não têm evidências “concretas”, mas, para isso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou um **Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero** (você pode acessar [aqui](#)). Com ele, os relatos das mulheres ganham outra dimensão. Esse tema será abordado no tópico “Sobre o anonimato das acusações e denúncias”.

Como o jornalismo não busca apenas fontes personagens ou especialistas, é fundamental termos em mente documentos importantes, como provas* (mensagens, e-mails, imagens). Porém, para acessar informações cruciais (como o PAD), é preciso solicitá-las à Controladoria Geral da União (CGU) via Lei de Acesso à Informação (LAI), levando em conta também o previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua aplicação no jornalismo, que tem especificidades.

Você pode solicitar pelo portal do governo na seção [Fala Br.](#) É preciso fazer login (como pessoa física, jurídica ou instituição). Após isso, você seleciona se a informação é: sobre minhas informações pessoais; informações pessoais de outra pessoa; ou informações públicas. Depois você será direcionada para um formulário, no qual deve preencher com base naquilo que está buscando (como o PAD).

Aqui tem um guia do próprio governo que pode te ajudar: [Pedidos de Informação — Acesso à Informação](#)

Dicas para não esquecer:

- Antes de tudo, é preciso que a/o repórter compreenda o que é violência de gênero, pois isso irá se refletir no trabalho por completo. **Estude** antes de iniciar a cobertura, inclusive sobre ambiente universitário;
- É preciso **humanizar** a vítima, escutá-la sem julgamentos e oferecer um ambiente tranquilo para que ela sinta-se à vontade;
- Caso a pessoa desista da entrevista, **não culpabilize** ou despeje sua frustração em alguém que passou por um trauma;
- **Dê nome** ao crime e saiba diferenciar alguns termos parecidos. Se preciso, volte ao tópico “De quais violências estamos falando nesse ambiente?” deste manual.
- **Evite** o tom policalesco na cobertura, com a criação de suspense ou desenrolar de uma trama. As vítimas (e a

violência) precisam de visibilidade e não espetáculo.

- Fique atenta aos termos técnicos e modos de conduta de Processos Administrativos Disciplinares, [aqui tem um Manual](#) que pode te ajudar.

Edição:



Não necessariamente o que deixou de entrar é mentira, porém o compromisso jornalístico é com a verdade e com a precisão máxima dos fatos, ou seja, se não puder comprovar aquilo com base em outras informações, é melhor deixar de lado por enquanto e continuar investigando em busca de comprovação.

Depois que todo o material já foi reunido, todas as entrevistas finalizadas, iniciamos então a fase da edição, na qual vamos adentrar naquilo que descobrimos na apuração. Estou tratando como “Edição” todo o processo de escrita, de uma certa montagem das peças e também da finalização, do que vai ser publicado.

O primeiro passo aqui é selecionar tudo que será utilizado, ver se alguma peça chave está faltando e começar a escrita/produção. Uma vez que temos um primeiro material, vamos para uma fase fundamental que é a **checagem de informações**. Geralmente esse trabalho é realizado por uma terceira pessoa, que liga o que há em comum nas entrevistas e documentos, por exemplo, e a partir daí entendemos o que é possível inserir na matéria final e o que ficaria impreciso*.

Ao tratar de um tema denso, em que muitas fontes só aceitam falar em *off* – quando sua identidade não pode ser revelada –, a checagem torna-se ainda mais essencial, pois com ela reforça nosso compromisso com a verdade e com a ética. Esse processo pode ser lido como um cruzamento de dados, por exemplo; se eu fiz 15 entrevistas e um mesmo acontecimento é descrito em várias delas, em pessoas que não têm ligação e não estariam falando aquilo “à toa”, isso é considerado verossímil.



Para acessar

O episódio completo está aqui: [Ana Clara e a anatomia do caso Silvio Almeida](#)

Marcella Ramos, coordenadora de checagem da **piauí**, relata no podcast Fio da Meada* como ocorre o processo:

“O repórter passa semanas ou meses apurando, e aí ele,

nesse processo, geralmente está em interlocução com o editor. Aí, depois que o repórter apura, termina o texto, ele manda para o editor e o editor edita durante alguns dias. Depois que eles terminam o texto “pronto, esse texto pode ser publicado”, em muitos veículos, quando chega nesse ponto, o texto é realmente publicado. Aqui na Piauí é quando esse texto vai para a checagem. O checador, eu gosto de dizer que ele é a primeira pessoa a ler o texto que não tem familiaridade nenhuma com a apuração. Então, a primeira etapa é justamente ler o texto para você entender o todo, para você entender onde é que aquela matéria vai chegar. Nesse processo eu já vou marcando o que eu vou checar. Então, eu tenho que marcar todas as informações que são verificáveis. Então, isso é: **grafia de nomes, locais, declarações, aspas, descrições, datas, essas coisas que a gente entende como um fato.**”

Ela explica ainda como checar materiais que são majoritariamente baseados em relatos testemunhais:

“Existem três pilares que sustentam uma matéria que se baseia em relatos. O primeiro é a avaliação de quem é que está sendo entrevistado, de quem é que está falando, ou seja: essa pessoa, ela tem autoridade, ela tem conhecimento para dizer o que ela está dizendo? Ela realmente tem como saber disso que ela está falando? Então, a gente precisa entender, assim, qual é o background dessa pessoa, de onde que ela está vindo. Aí, o segundo: outras pessoas com igual autoridade, que sabem tanto quanto do assunto, confirmam o que foi dito pela fonte anterior? Ou seja: existe uma rede de confirmação dessas informações citadas? E aí, o terceiro também, que é muito importante no processo de checagem, é avaliar se essas pessoas que falaram, elas tiveram liberdade para falar sobre o assunto. Digo, se o repórter deu abertura para o depoimento acontecer de forma espontânea, sem guiar essa declaração.”

Ou seja, é um processo de confirmação, de entender como a/o repórter chegou até aquele fato, constatação. O que não é nada fácil, exige tempo e pode ser de “idas e

vindas”, para que a fonte confira um relato, para que esse cruzamento entre um e outro seja feito com qualidade. Podemos resumir em três principais eixos:

- **autoridade;**
- **confirmação cruzada;**
- **liberdade na entrevista.**

O primeiro compreende se quem está falando tem autoridade para isso, se tem conhecimento sobre o assunto/caso; o segundo faz algumas ligações entre fatos narrados, fontes e checka se aquilo já foi citado por outra pessoa; o terceiro vai olhar para a liberdade durante a entrevista, se a pessoa está confortável ao dizer algo ou se está receosa, por exemplo.

Isso não serve somente para fontes anônimas, mas também para aquelas que falam em *on*, pois podemos entrevistar uma pessoa e, em meio aquela declaração, haver mentiras ou uma versão que a favoreça. Por isso, a checagem é tão importante para o jornalismo e deve ser levada a sério na apuração, sobretudo de casos em que há acusação contra alguém.

A criação de uma narrativa

Ao escrever uma matéria estamos também contando uma história, construindo uma narrativa verossímil e verificável a partir daquilo que nos foi exposto, ou seja, ainda que os fatos estejam apresentados, há ainda a construção de personagens, que vão determinar como o público vai (ou não) compreender um relato e todo o acontecimento.

Para isso é imprescindível que as construções – tanto frasais quanto subjetivas – sejam claras e indiquem contextos; é preciso falar do machismo, patriarcado e violência estrutural em que as mulheres e outras pessoas estão inseridas. Ademais, podemos pensar em exemplos da Justiça, em que vítimas são expostas, revitimizadas e

as defesas podem violentar de outras maneiras essas pessoas (como o caso Mariana Ferrer).

Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues, no livro **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida** (2021), afirmam:

“A narrativa, essa construção argumentativa, organiza a percepção sobre o fato, a forma como o público enxerga os personagens a partir do relato, e definirá também – mesmo que não seja essa a intenção – de quem o público tomará partido e com quem se comoverá.” (2021, p. 40)

Dessa forma, a narrativa vai definir quem deverá ser punido, por exemplo, e, muitas vezes é a vítima quem ocupa esse lugar de culpa, punição. Ao construir uma relação de justificativa (por exemplo: ela só foi importunada sexualmente pois usava roupas curtas na faculdade), estamos legitimando o agressor e responsabilizando a vítima. Isso não deve ser feito em hipótese alguma.

Também não devemos apresentar o acontecimento como um deslize de uma pessoa de bem. Frequentemente, a vida pregressa do acusado é descrita em detalhes, suas notas, seus amigos, o que cria uma empatia profunda com o possível agressor e ameniza a gravidade de seus crimes*.

Outro ponto a prestar atenção é o subtexto, o que está sendo dito nas entrelinhas, que não é tão explícito mas ainda carrega mensagens preconceituosas. Como “pistas” de que a acusação seria mentira ou destacar e dar mais espaço para defesa do acusado – isso também é uma narrativa muito poderosa. Sumir com a vítima da narrativa também é um ato de poder e violência. Ainda que ela não tenha sido identificada na polícia, o sofrimento dela importa.

Sendo assim, nos questionamos como o jornalismo pode dar uma cobertura digna ao caso e,



Um exemplo em que o jornalismo foi cúmplice na criação da empatia com o acusado foi no caso Brock Turner, nos EUA. Chanel Miller, a vítima do estupro cometido por ele, narra a leitura de uma reportagem em seu livro testemunhal **Eu tenho um nome**: “Fui até o fim de um artigo e li:

A mulher está se recuperando em um hospital. Turner, um calouro, três vezes campeão de natação no ensino médio e recordista estadual em dois eventos de nado livre... Vi a palavra hospital se transformar despercebidamente em recordista.” A frase final: **“Se condenado, Turner, que participou das etapas classificatórias para as Olimpíadas de Londres em 2012, nos EUA, pode pegar até dez anos de prisão”**. Essas

representações reforçam a culpabilização da denunciante, que “arruinou a vida de alguém tão bom”, mesmo sendo, mais uma vez, vítima.

principalmente, às vítimas. Mas não bastam somente questionamentos internos, isso precisa ser dito na matéria, por isso, não hesite em chamar os crimes pelos nomes e evite o uso de supostos, voz passiva e imagens que potencializam a violência. Dessa maneira podemos construir narrativas que dão visibilidade, humanização e dignidade para essas pessoas.

Abaixo tem algumas dicas importantes sobre isso:

Por que não utilizar a voz passiva?

A voz passiva retira a ação de quem fez e a coloca sobre a vítima, como dito. Vamos a um exemplo rápido de título: “Estudante foi assediada por professor”. É possível entender que o professor cometeu o assédio, mas por que colocar a estudante como centro da ação?

Com isso, o foco do agressor/assediador é retirado, e isso ameniza sua posição, o coloca em segundo plano na cobertura. Vamos reconstruir essa frase: “Professor assedia estudante”. Viu como fica mais fácil de entender e até de ler? Pois bem, já entendemos que a voz passiva não é aliada das mulheres.

Por que não utilizar suposto?

O uso do suposto é comumente associado a casos de violência no primeiro momento, quando ainda não há confirmação – portanto há a presunção de inocência e direito de ampla defesa da pessoa acusada, ou seja, o jornalismo não pode imputar culpa a uma pessoa. Porém a utilização exacerbada e repetição dos supostos reforça a impressão de dúvida sobre o que de fato aconteceu e, em um mundo onde as palavras das mulheres são constantemente colocadas em cenários de incerteza, vamos reforçar um comportamento misógino. Fazendo isso, estamos descredibilizando a vítima e a violência desde o início, colocando em xeque sua veracidade.

Para continuar resguardando nosso exercício de maneira ética, existem outras formas de construir as

matérias (veja mais no tópico “**O que fazer e o que não fazer nas coberturas**”).

Para ter atenção com o material finalizado:

- Não utilize supostos (teria ocorrido, suposto toque) com tanta frequência;
- Não utilize a voz passiva, principalmente na chamada/título;
- Não justifique a violência, pois isso culpabiliza a vítima.
- Não traga a vida pregressa da vítima para tentar mostrar como suas ações a deixam “mais sujeita” a uma violência (como uso de roupas, uso de drogas ou bebidas, multiplicidade de parceiros, atuação em atividades ligadas ao sexo), entre outras;
- Não faça descrições desnecessárias sobre o caso, com detalhes que não agregam para a cobertura e só potencializam a violência;
- Contextualize a violência, isto é, apresente a conjuntura do sistema patriarcal e machista na qual vivemos, com dados, conceitos e indicadores.

Sobre nomenclaturas:

Existem muitas dúvidas sobre como nomear no jornalismo, seja por medo de implicações legais ou pela imputação de crime a alguém, mas Vanessa Rodrigues e Niara de Oliveira descrevem a maneira com que a cobertura pode se colocar durante um caso de violência na **esfera penal**:

Se há um registro de ocorrência, o homem é investigado. Após o inquérito ser enviado ao Ministério Público, ele continua sendo **investigado**. Caso o Ministério Público o denuncie à Justiça, a nomenclatura muda: ele foi **denunciado** pelo crime. Quando a Justiça acata a denúncia, ele é **réu**. E caso ele seja condenado pela Justiça, ele passa a ser chamado de **condenado**. E é só neste último momento que ele se torna “estuprador”, “assassino” ou “agressor”. Se ainda couber recursos no processo, a reportagem tem que dizer. (Oliveira; Rodrigues, 2021, p. 44)

Já no ambiente universitário (nas instituições públicas), como estamos lidando com os Processos Administrativos Disciplinares (PADs), que são sigilosos, temos de encontrar novas maneiras de noticiar – sem implicações para a jornalista/comunicador e também sendo respeitosa com a vítima. A solução, portanto, não é nem sumir com o acusado, nem desamparar totalmente a pessoa que sofreu a violência, dando a entender que se tem dúvida sobre suas alegações.

É possível construir textos e títulos que respeitem os dois lados, tanto respeitando a vítima, quanto colocando na voz do acusado ou da instituição que o investiga o ato. Por exemplo: “Professor é acusado de assédio sexual contra alunas” ou “Universidade abre procedimento para investigar denúncias de abuso sexual contra professor”.

Você pode ver mais sobre isso no tópico **“O que fazer e o que não fazer nas coberturas”**.

Como balancear as declarações de vítima e acusado?

Durante a apuração é comum procurarmos os “dois lados” para inserir as versões do caso de acordo com essas pessoas – sejam elas mesmas ou suas defesas. No entanto, precisamos nos questionar como isso é feito e quais efeitos pode causar, no sentido da mensagem passada – lembremos sempre das narrativas.

É necessário consultar e dar espaço para a defesa do acusado na produção, porém é fundamental reconhecer estratégias de descredibilização das vítimas, ataques e outras violências propagadas por ali. Por isso a contextualização é tão importante, para que fique claro algumas táticas utilizadas para perpetuar um ambiente

de violência e desigualdades de poder – e como isso deve ser repudiado.

Uma vez que defendemos a prática jornalística ética, temos de pensar na reparação e justiça para as vítimas e, ao dar mais destaque para a defesa do acusado, isso segue no caminho contrário. Entregar, nas mãos dessas pessoas (mais uma vez) o controle das narrativas menospreza a cultura machista na qual vivemos, em que a vida das mulheres é constantemente menosprezada e sem peso. Dar mais espaço para eles significa também ser conivente com esse mesmo sistema.

Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão afirmam no artigo **Erro, Dúvida e Jornalismo Generificado: Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”*** que:

“Com frequência, o recurso ao outro lado – que se articula à ideia de apuração ‘imparcial’ do acontecimento jornalístico – como técnica mecanizada na rotina dos processos de produção noticiosa reforça a hierarquia dos discursos no jornalismo, pois este lado, supostamente neutro, tem mais espaço, mais voz, mais credibilidade e mais respaldo. Muitas vezes, por incorporar a voz tradicional institucional ou apenas porque incorpora a voz da autoridade – masculina; por reforçar as hierarquias dos atores sociais na esfera pública.”
(Gomes Barbosa, Varão, 2018, p. 24)

Assim, a presença de notas com o “outro lado” é sim fundamental, mas elas não podem agir como “apagadores” das vítimas, não podem ser a centralidade da cobertura – especialmente quando a voz de inúmeras mulheres é calada permanentemente com feminicídios. Além disso, é comum vermos a humanização com os agressores – que são pais, têm esposa, namorada, família –, mas esse movimento ainda fica aquém do que é o ideal para as vítimas, que são, muito além da violência infligida a elas.



Para acessar

O artigo completo está aqui: *View of Error, Doubt and Gendered Journalism: A Look at the Rape Coverage in the Feature “A Rape On Campus”*

Por fim, pensemos novamente na ética e dignidade, será que ela é dividida igualmente entre gêneros no mundo em que vivemos? Diante do que já observamos, fica claro que nosso dever enquanto comunicadoras/es é (também) promover reparação de desigualdades históricas.

Finalização

É preciso inserir uma aba de serviços, que ajude as pessoas que acessam esses materiais a saber como denunciar, que providências tomar e ainda onde buscar mais informações que não foram contempladas pela matéria.

Nos casos de violência é essencial inserir essas indicações, que servem também como estímulo para uma possível denúncia – lembrando que ninguém é obrigada a realizá-la, mas um movimento de denúncias crescente pode ter resultados positivos na pressão por mais ações de combate e prevenção.

O Manual Universa destaca a importância desse ato:

“A sociedade, as mulheres em particular, precisa acreditar na possibilidade da interrupção da violência. A mídia pode ajudar apresentando os caminhos para uma eventual denúncia e divulgando serviços de referência no acolhimento e assistência às vítimas.”



Para acessar

O plataforma está aqui:
[Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação](#)

Dessa forma, insira a plataforma do Fala Br.* e contextualize a importância do registro. É importante também indicar outros portais e instituições para entender melhor o processo ou adquirir mais informações (você pode encontrar sugestões no tópico **“Com que fontes devo falar sobre violência de gênero na universidade?”**).

Lembre-se também de inserir canais de denúncia da própria universidade (quando houver), pois facilita o processo e ainda mostra uma possibilidade mais próxima para a vítima. Com isso, ela pode se sentir mais respaldada, ao ver que dentro da instituição existem pessoas que pensam e atuam no combate às violências sistemáticas de gênero.

Circulação:

A grande maioria das produções das quais estamos falando circulam no ambiente digital, portanto é fundamental que as atualizações sejam publicadas. Desde possíveis erros com nomenclaturas ou termos até o acompanhamento do caso ao longo do tempo. Por isso, mesmo após um processo longo de apuração, não hesite em retornar ao acontecimento e fazer reparos quando necessário.

É muito frequente que esses episódios sejam noticiados apenas uma vez, sem que o público tenha acesso aos desdobramentos e consequências administrativas, civis ou penais. Essa cobertura episódica contribui para a invisibilização das violências. É importante, portanto, fazer suítes, relembrar o caso, acompanhá-lo e trazê-lo à tona quando necessário.

O **Manual Universa** ainda chama atenção para a mediação de comentários nas redes e plataformas digitais:

“Usuários da internet costumam ser cruéis, revitimizando e expondo a vítima a um linchamento moral. Em redes sociais, redobre os cuidados com a foto e a manchete usadas na divulgação da matéria, uma vez que boa parte dos leitores não acessa o link para a reportagem completa. Na página em que a matéria for veiculada, sempre que possível, desative os comentários do público.”

Ainda que dentre os comentários haja interações positivas, como aquelas que apoiam as investigações ou ainda dão suporte afirmando “todos sabiam, que bom finalmente poder falar disso”, sabemos que as redes são especialmente cruéis com vítimas de violência de gênero, por isso é preciso ser cuidadosa com essa relação.

Algo muito importante é não utilizar um caso de violência para “render cliques” ou apenas pensando em “engajamento” e “viralização”, seja com imagens apelativas, que se destacam por evidenciarem a violência ou com textos que geram dúvidas no público. Para isso, siga os passos descritos acima para uma cobertura mais qualificada e comprometida com a verdade.

Como representar com imagens os casos de violência: a importância da iconografia para cobertura jornalística

Ao tratar de temas sensíveis como a violência, o jornalismo comumente segue um caminho mais “óbvio” nas imagens, com cenas escuras e que remetem a noite, perigo – e àquela estética “espreme que sai sangue”. Não à toa o uso de vermelho é muito comum em coberturas de violências de gênero. Já quando falamos de universidade ou órgãos públicos, o mais comum é utilizar as fachadas, portarias e entradas das instituições, o que traz pouca informação imagética e jornalística.

Para falar de violência, outra estratégia usada reiteradamente é o uso da imagem da vítima – às vezes, junto com o agressor –, o que promove uma intensa desumanização, em casos de feminicídio, ou a deslegitimação das violências a depender das fotos utilizadas (como fotos de biquíni, lingerie). Podem promover sexualização, por exemplo, da vítima, e construir uma falsa relação de causalidade: “sofreu violência ”porque pediu”. Trazer a imagem de vítimas é

essencial para produção de memória, dignidade e visibilidade, mas, ao mesmo tempo, sumir com a figura (seja em imagem ou texto) do acusado é algo que não pode ser feito.

Outra prática comum é o uso de imagens de corpos machucados, dilacerados, o que expõe as vítimas a outro nível de violência, pois ao experiê-las, estamos reforçando uma cultura violenta. Além disso, estamos reiteradamente observando corpos de mulheres e meninas feridos, o que passa a mensagem de normalização, de que esse é “o lugar delas” – e também fere o Código de Ética dos Jornalistas, que afirma “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão” como dever de todo profissional.

O **Manual Universa** orienta:

“Ilustrar uma reportagem com as imagens de um corpo destruído é dispensável em qualquer caso, já que elas não trazem informações jornalísticas relevantes e ferem a privacidade e a intimidade da mulher, além de revitimizar as vítimas diretas e indiretas. Fotos assim podem causar impacto, mas não contribuem para que haja um olhar crítico sobre o fenômeno – o que deve ser sempre o nosso objetivo.”

Essas alternativas, sejam óbvias ou saturadas, não exploram a violência de forma densa, ética e humanizada, mas sim utilizam imagens para “preencher um espaço” ou pior: chamar atenção de modo sensacionalista. O que vamos defender aqui é da produção de materiais que deem dimensões mais próximas e reais aos casos, com a elaboração de sentidos que vão de encontro com determinado espaço, por exemplo.

Para isso, uma alternativa é ir até o local da violência, até o campus (por exemplo), para captar como o ambiente se mostra inseguro. Se não for possível, tente variar as opções, com uma personagem fictícia ou mesmo apenas com a construção de um local que

configura ou traz esse aspecto.

É preciso sair do comum, das imagens de uso liberado na internet ou das fachadas de prédios que não agregam em nada nas informações. Fazer comunicação com perspectiva de gênero é também variar as construções imagéticas, criar novas visualidades e assim construir um novo parâmetro do que é aceitável ou mesmo possível.

Uma estratégia observada em alguns portais feministas é o uso de colagens, texturas, junção de alguns elementos que enriquecem a cobertura. Quando não for possível explorar tanto nas fotos, é possível ainda utilizar recursos do design, sempre tendo em mente o aprofundamento e representação a partir daquilo*.

Outro ponto fundamental são as legendas, que precisam ser informativas e não apenas descrever as fotos – até porque isso é papel do #ParaTodosVerem. Elas precisam questionar, provocar e adicionar mais textura à imagem, pois a combinação de bons registros com legendas de qualidade nos instigam ainda mais para ler o texto e acompanhar a cobertura.

É importante lembrar ainda que uma boa reportagem/matéria deve possuir bons materiais hipermidiáticos – mesmo que somente fotos –, pois no mundo de hoje, cada vez com mais informações disponíveis, produções de qualidade chamam a atenção tanto no conteúdo quanto na estética. Alguns links importantes são relatórios recentes de segurança, estudos acadêmicos e guias governamentais.



Bons exemplos desse uso
você pode ver nas
seguintes coberturas:

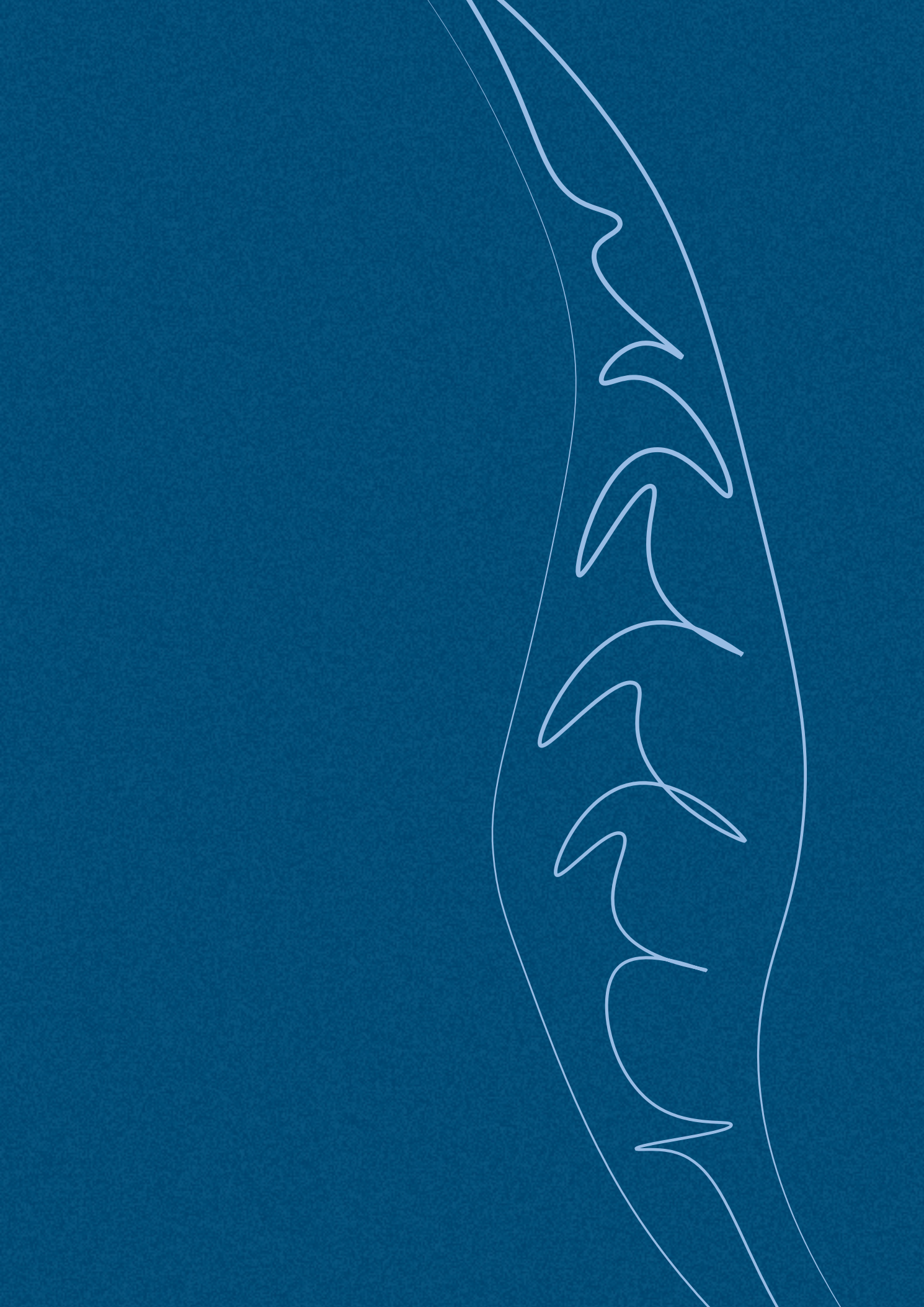
Caso Boaventura -
[Agência Pública](#)

Caso Alysson Mascaro -
[Intercept Brasil](#)



04.

**O que fazer e o que não
fazer nas coberturas -
Exemplos práticos e
referências**



Direto ao ponto, encurtando o caminho, o que fazer e o que não fazer nas coberturas de violência de gênero. Vamos às dicas práticas, com exemplos.

As coberturas devem ter:

1 - Contextualização do termo violência de gênero no ambiente universitário. Caso essa nomenclatura não for utilizada, ainda sim dar uma breve explicação de como o ambiente acadêmico reproduz comportamentos machistas e misóginos.

- É fundamental consultar fontes especialistas em gênero e violência.

- A cobertura deve contextualizar e explicar a violência ocorrida – seja com base na legislação brasileira ou em guias sobre violência, também disponibilizados por órgãos institucionais.

- Também deve diferenciar manifestações parecidas, como assédio sexual e importunação sexual (que são diferentes e isso precisa estar claro).

Exemplo: “A violência que sofri gerou outros processos de violência. Por isso, fiquei anos em silêncio”, diz Bella Gonçalves, deputada estadual pelo PSOL em Minas Gerais. É a primeira vez que ela fala publicamente sobre ter sofrido assédios do professor Boaventura de Sousa Santos, quando ele era seu orientador de doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal, de 2013 a 2014. O depoimento dela à Agência Pública vem no rastro das acusações de assédio sexual de alunas contra o professor e sociólogo renomado, que vieram à tona recentemente, a partir de uma publicação sobre má conduta sexual no meio acadêmico.

- Reportagem da **Agência Pública** sobre os casos de assédios praticados por Boaventura Sousa Santos. confira na íntegra [aqui](#).

Ao longo do relato de Bella Gonçalves, uma das denunciante, podemos ter uma dimensão de como as violências afetam integralmente a vida de quem as sofre – e isso também humaniza e mostra uma conjuntura maior. Na reportagem da *Pública*, a jornalista Mariama Correia ainda explica procedimentos para lidar com assédio sexual, principalmente por se tratar de um caso que ocorreu em um programa de doutorado fora do Brasil.

Quando afirmo em inserir contexto, é também narrar como é a vítima para além da violência, quais foram os efeitos disso em sua vida e como pode ser difícil o processo de denúncia – e até de se reconhecer enquanto vítima.

2 - A cobertura deve compreender as relações de poder que se colocam entre professores e alunas, por exemplo, explicando como as coações são constantes – além do medo de represálias. É preciso deixar claro que essas violências não são meros acontecimentos, mas que são inaceitáveis, precisam ser investigadas e punidas.

Exemplo: “O relator do recurso, desembargador Rodolfo Pellizari, destacou em seu voto que as provas evidenciam o fato. “Como ficou evidente nos autos, houve, de fato, assédio por parte de seu professor, que lhe enviou um texto completamente pornográfico. Este comportamento é inaceitável e representa uma clara violação ética e profissional”.

As informações foram divulgadas pelo Tribunal de Justiça. Para Pellizari, “a resposta da aluna evidencia a profundidade do constrangimento e a violação de confiança que ocorreram”. “Ela expressou sentir-se extremamente ofendida, constrangida e intimidada”, assinala o desembargador em seu voto. “O professor, ao insistir em enviar o texto pornográfico, abusou de sua posição de autoridade e confiança”. Rodolfo Pellizari

alertou, ainda, o papel que as instituições de ensino têm que reprimir esse tipo de conduta. “É crucial que o ambiente educacional seja um espaço seguro e respeitoso para todos os alunos. É necessário que as instituições de ensino adotem medidas rigorosas para coibir qualquer forma de assédio, garantindo que todos os professores compreendam e respeitem os limites éticos e profissionais em suas interações com os alunos”, concluiu.”

– Matéria do portal [Amazonas Atual](#) sobre decisão judicial de indenização por danos morais em caso de assédio contra aluna. Confira o texto na íntegra [aqui](#).

3 - A cobertura pode (e deve) questionar a universidade e suas ações de combate, prevenção, denúncia e andamento dos processos. Somente com o tensionamento de instituições e pressão por mais políticas públicas para o enfrentamento desses casos podemos observar mudanças.

Exemplo: “Três dias depois da agressão, ao procurar a Pró-Reitoria de inclusão e pertencimento, setor da USP responsável por acolhimento e monitoramento de casos como o relatado, a estudante foi orientada a registrar boletim de ocorrência e conseguir uma medida judicial que fizesse com que o agressor saísse do mesmo bloco que o seu no CRUSP e até da própria universidade.”

– Matéria publicada pelo [G1](#) sobre denúncia de estupro na Universidade de São Paulo. Confira na íntegra [aqui](#).

É preciso compreender o que é função da instituição de ensino e o que é indicado para outras esferas. No decorrer do texto, a estudante ainda afirma: “**Sinto que eu estou num 'modo peteca': na mão de um, de outro, e ninguém deixa essa peteca cair, ficam jogando de um lado pro outro. Ninguém resolve nada**”. Ou seja, é preciso deixar claro quais são os limites

de atuação e quais caminhos outras vítimas devem seguir.

4 - A cobertura precisa deixar clara a difícil relação com a denúncia, ou mesmo com o fato de ser vítima. É conflituoso, amedrontador e, principalmente, não é culpa da pessoa. Nem há uma maneira “correta” de lidar com as situações. Além disso, precisamos entender que denunciar não é uma responsabilidade da vítima, pois, muitas vezes, isso representa ainda mais violência. A vítima denuncia quando está pronta.

Exemplo: “Ele contou que pensou em fugir, mas avaliou que o professor, por ser um homem alto, poderia alcançá-lo e machucá-lo. Afirmou que também pesou o poder de influência que Alysso lhe disse que tinha – e que uma eventual fuga poderia prejudicá-lo por conta de alguma interferência do professor.”

– Reportagem do **Intercept Brasil** sobre o caso Alysso Mascaro, professor acusado de assédio e abuso sexual. Confira o texto na íntegra [aqui](#).

As coberturas não devem ter:

1 - Uso da voz passiva: ele tira o agente da ação (feminicida, estuprador, agressor).

Exemplo: Uma estudante universitária de 35 anos foi vítima de violência sexual (estupro) ao deixar a faculdade onde estuda, na cidade de Tijucas, na Grande Florianópolis. O crime ocorreu na noite de quinta-feira (3). A mulher, que não teve sua identidade revelada, contou na Polícia que retornava da sede da faculdade Estácio dirigindo seu automóvel Peugeot Griffé, quando foi abordada por dois homens numa motocicleta.

– Matéria publicada no portal **Guararema News** sobre caso de estupro. Confira o texto na íntegra [aqui](#).

No decorrer do texto não há qualquer indicação sobre os autores do crime e isso faz com que a vítima seja o sujeito – não só no título, mas na notícia em geral –, a única fonte de informação. Porém, é preciso questionar esse lugar de suspeitos e acusados, para que a reparação e justiça estejam também presentes na cobertura.

2 - Uma suposta “motivação” para o crime, como encontramos em casos de feminicídio em que ciúmes, brigas, nervosismo e términos tornam-se justificativa para cometer aquilo. Além disso, há também a minimização da violência, como se houvesse um real motivo para aquilo acontecer, como se fosse “merecido”.

Exemplo: “Conforme o MPF, os crimes foram cometidos em 2019. A aluna, em depoimento, declarou que “não tinha nenhuma intimidade com o denunciado, já que mal o conhecia, pois havia iniciado a cursar a disciplina por ele lecionada há poucos dias”.

– Matéria publicada no **G1** sobre condenação de professor por assédio sexual. Confira na íntegra [aqui](#).

A construção do texto deixa subentendido que uma relação próxima entre professor e aluna abriria margem para possíveis atos – pois haveria “intimidade”. Primeiro: em toda relação, o consentimento é primordial. E mais: em crimes como assédio sexual e importunação não é preciso “conhecer” profundamente alguém para cometê-los, já que os acontecimentos, por si só, já configuram desrespeito e invasão da privacidade e integridade dessas pessoas.

3 - Uso constante de supostos: a repetição destes termos gera dúvida e coloca em jogo a veracidade do relato testemunhal de uma vítima.

Exemplo: “Uma estudante da Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) **disse ter sido estuprada** por outro aluno da universidade dentro do Crusp (Conjunto Residencial da USP), a moradia estudantil da instituição. O episódio aconteceu no último dia 19 de agosto.”

– Matéria publicada pelo **G1** sobre denúncia de estupro na Universidade de São Paulo. Confira na íntegra [aqui](#).

O trecho em destaque denota uma construção com supostos que nos levam a questionar a palavra da vítima. Ele poderia ser facilmente alterado para “denuncia estupro”; mais simples, mais direto.

4 - Descrição de violências como recurso de impacto

O uso de imagens e palavras que descrevem – com riqueza de detalhes – comportamentos violentos, casos de estupro ou violência sexual são observados constantemente como recurso de choque, para causar impacto em que lê. Essa prática causa revitimização com a pessoa que sofreu e em pessoas próximas, trazendo à tona novamente detalhes muito específicos e desnecessários.

Exemplo: “Eu e Silvio Almeida estávamos no café da São Judas, sentados lado a lado, conversando sobre o projeto de iniciação científica. Ele colocou as duas mãos nas minhas pernas, com vontade, e foi subindo o máximo que conseguiu, enquanto falava normalmente. Eu estava de saia. Me afastei, fiquei muito aflita.”

– Matéria publicada no **Metrópoles**, sobre os casos de assédio de Silvio Almeida. Confira o texto na íntegra [aqui](#).

Trazer a dor, com elementos íntimos e pessoais, nos evoca ódio e incita ainda mais violências – o que não é desejável nessas coberturas, pois a violência em si já nos enoja, embrulha o estômago, então para que

revisitá-la dessa maneira?

Sobre o processo de aprendizado

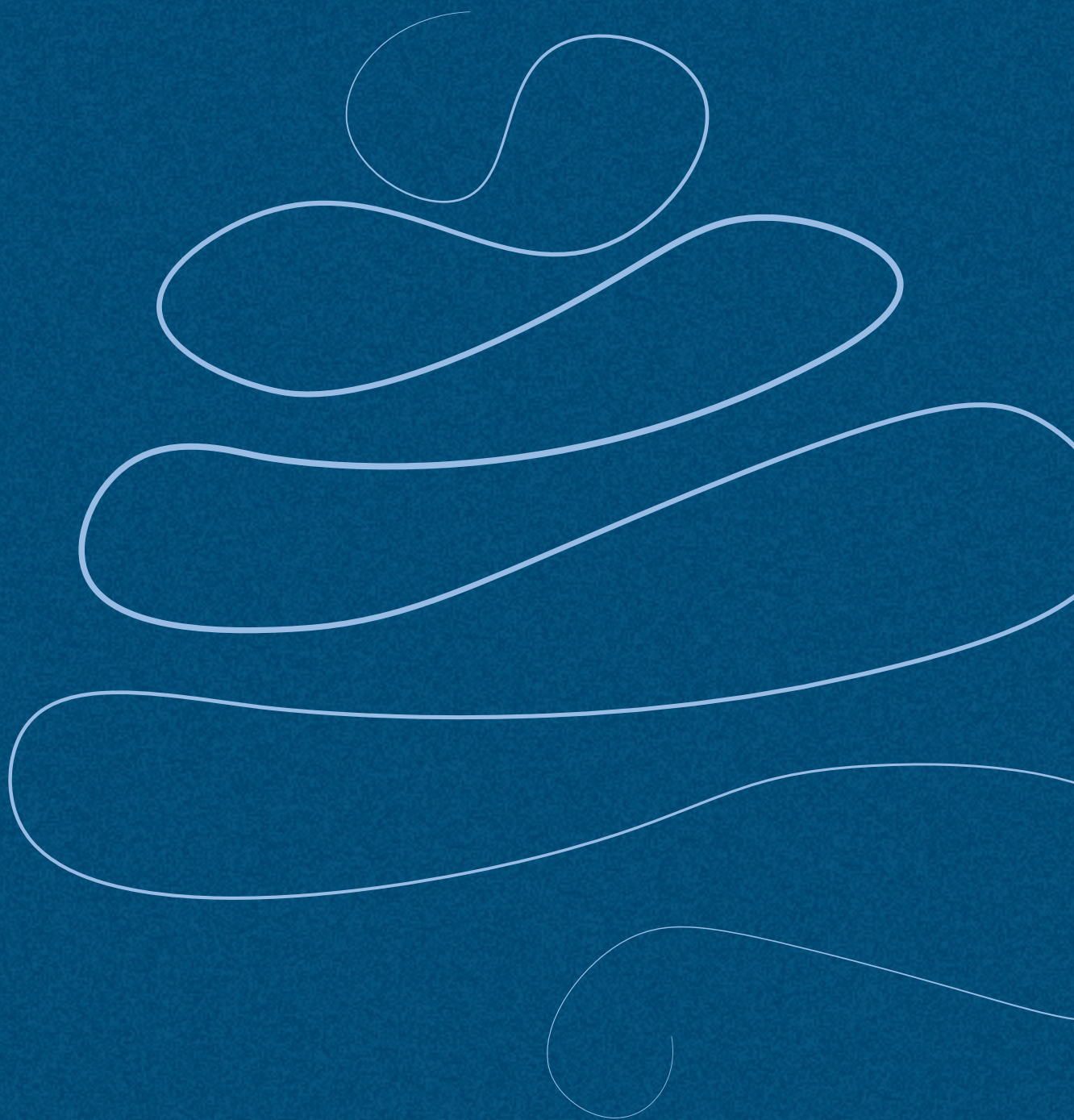
Nem todas as coberturas citadas como exemplos positivos são totalmente boas; assim como nem todas citadas como negativas são completamente ruins – claro que existem algumas piores, com mais erros. Mas a relação entre ‘certo e errado’ não é absoluta, ela tem tangenciamentos, pontos específicos e diferentes maneiras de lidar – e o jornalismo reflete isso o tempo inteiro.

É importante dizer que coberturas, mesmo aquelas que consideramos boas, qualificadas, podem falhar em alguns aspectos e demonstrar mais habilidade em outros. É como uma relação de erros e acertos – em que o jornalismo tem errado muito –, e que pressionamos e acreditamos em mudanças. O fundamental para isso, é reunir um combo de fatores para que ela seja o mais completa possível – sabendo que trata-se de um processo de aprendizado. Além disso, entendendo que erros podem ser reparados, publicamente inclusive, nas publicações, então estejamos atentas/os.



05.

**Como funcionam os
Processos Administrativos
Disciplinares (PADs)?**



O trabalho nas instituições públicas brasileiras é regulamentado pela Lei n. 8.112/90, que define como a atuação dos profissionais deve seguir, deveres e outras disposições. No art. 116 da lei, destaco alguns deveres que estão previstos:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
 - II - ser leal às instituições a que servir;
 - III - observar as normas legais e regulamentares;
 - IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; [...]
 - IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
 - X - ser assíduo e pontual ao serviço;
 - XI - tratar com urbanidade as pessoas;
 - XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- (Brasil, 1990)

Em breve contextualização de alguns termos, podemos entender que, no serviço público há indicação para conduta de acordo com a “moralidade administrativa”, que também pode ser lida como ética e tratos honestos. Além disso, há referência ao tratamento “com urbanidade”, que fala sobre o respeito, cortesia e civilidade entre as pessoas.

Destaco os dois deveres uma vez que pode-se interpretá-los como indicações explícitas do bom convívio, respeitoso e agradável – o que, podemos afirmar, não compreende atos como assédio moral, sexual e outras violências. No capítulo seguinte da lei, temos as proibições dentro do serviço, entre elas chamo atenção para:

“IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública” (Brasil, 1990)

Ou seja, é proibido ao servidor público se

aproveitar de seu lugar, função, para tirar vantagens em relação às outras pessoas. A exemplo disso podemos citar casos de professores, altos cargos em universidades, valendo-se de sua posição de poder para assediar estudantes, que estão subordinadas de alguma maneira, àquele homem.

Sendo assim, ainda que a lei não indique expressamente as palavras assédio moral, sexual ou importunação, a interpretação nos permite compreender que tais atos não serão aceitos e, inclusive, serão repudiados. O que nos leva às penalidades disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função comissionada. (Brasil, 1990)

Essas penalidades podem ocorrer de acordo com o andamento dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs), que julgam os casos na esfera administrativa – ou seja, todas as violências que ocorrem neste âmbito são analisadas e tratadas como violações das obrigações funcionais, o que não impede a realização de outros processos na esfera penal e criminal. Os PADs vão investigar e apurar as acusações sobre a ação das pessoas como servidoras públicas, com base em provas, depoimentos e uma comissão específica para os casos.

É importante entender a diferença entre eles e outras esferas do Direito. O **Manual dos Processos Administrativos Disciplinares**, elaborado pela Controladoria Geral da União (2022), nos explica:

“O Direito Administrativo Disciplinar, como ramo do

Direito Administrativo, possui relações com outros ramos do Direito, notadamente o Direito Constitucional, o Penal, o Processual (civil e penal) e o do Trabalho. Importante destacar que, se por um lado o Direito Administrativo Disciplinar possui interface com outros ramos do Direito, por outro não se pode confundi-lo com eles. Como exemplo, mesmo se uma infração disciplinar fosse também considerada como crime, não se poderia tratar o ilícito administrativo da mesma forma que o penal, pois se aquele trata de um direito em regra disponível, este protege um direito indisponível, considerado mais relevante sob a luz do Direito, fundamentado em outras normas e princípios.” (CGU, 2022, p. 13)

Isso significa que os casos são julgados por comissões e regras internas, que seguem a Lei n. 8.112/90, o que evidencia um fato importante: ela não cita diretamente assédio sexual, moral e outras violências de gênero, portanto, os acusados serão julgados com base em outros termos específicos. Porém, nessa lei está prevista penalidade de demissão em casos de “incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição” (Brasil, 1990), que o Manual dos PADs explica:

“Incontinência é a falta de moderação, de comedimento. [...] Outro comportamento condenado pelo dispositivo em tela é a conduta escandalosa, assim entendida como o desprezo às convenções ou a moral vigente. Conforme visto, os conceitos de “incontinência” e “conduta escandalosa” são semelhantes e estão relacionados a desvios comportamentais. Sob o ponto de vista do estatuto funcional, a principal diferença entre eles reside no fato de que a conduta escandalosa não precisa ser cometida publicamente para que caracterize a infração disciplinar, é dizer, os atos praticados às escondidas, desde que ofendam fortemente a moral, devem ser enquadrados como “condutas escandalosas”, a exemplo dos **atos de**

conotação sexual praticados de forma reservada. Da mesma forma do aduzido quanto à incontinência pública, a conduta escandalosa, para que produza efeitos disciplinares, deve ser praticada no âmbito da repartição. As condutas praticadas fora daquele ambiente só serão alcançadas pela norma se estiverem relacionadas ao exercício das atribuições do servidor.” (CGU, 2022, p. 250)

Logo, entendemos que os PADs realizam essas leituras e interpretações dos fatos, ainda que não esteja descrito nas normas – assim como está na lei do feminicídio, por exemplo, ou sobre assédio sexual, que está previsto no Código Penal. O procedimento leva em conta essas disposições para seguir com as penalidades, que dependem também de cada comissão avaliadora – ou seja, não há uma regra absoluta para guiar as condenações. O Manual explica melhor:

“Como demonstrado, a CPAD [Comissão do PAD] deve analisar a subjetividade do autor do fato ilícito, identificando se o agente transgressor agiu, ao perpetrar a irregularidade a ele imputada, com dolo ou culpa. Sem adentrar em algumas questões já expostas, reitera-se que as infrações disciplinares estão, grosso modo, escalonadas nos arts. 116, 117 e 132 da Lei nº 8.112/90, em diferentes níveis de gravidade, implicando, em cada caso, a depender do enquadramento administrativo realizado, uma sanção disciplinar previamente definida, consoante arts. 129, 130, 132, 134 e 135 da Lei nº 8.112/90.” (CGU, 2022, p. 281)

Além disso, a pessoa investigada tem direito a ampla defesa. Após a conclusão do PAD, cabe ao órgão máximo da instituição acatar ou não o relatório produzido pela comissão e aplicar a penalidade. Nas universidades, essa decisão cabe ao reitor ou à reitora.



Para acessar

Confira a lei completa aqui: [L8112consol](#) e também o Manual dos Processos Administrativos Disciplinares: [Manual de Processo Administrativo Disciplinar](#)

Quais são as punições previstas nos PADs?

Em breve resumo sobre as punições previstas segundo a lei n. 8.112/90, temos:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - demissão;
- IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- V - destituição de cargo em comissão;
- VI - destituição de função comissionada.

Para cada uma delas existem especificidades que serão julgadas pelo PAD com base na lei. Destaco algumas:

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave;

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias;

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor

obrigado a permanecer em serviço.

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.;

Art. 134. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão;

Art. 135. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão;

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 35 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 136. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 132, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível;

Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Com essas descrições do “juridiquês”, entendemos quais são as penalidades e seus níveis, que são de acordo com cada caso e a gravidade deles, sendo analisados pelas comissões dos PADs. Elas vão desde advertências, que são mais leves, passam por demissão e, em seu nível mais severo, pode determinar a cassação da aposentadoria e a impossibilidade de retornar ao serviço público – mesmo em outros cargos. No entanto, elas não direcionam protocolos específicos para violências de gênero e isso será descrito no tópico a seguir:

Falta protocolo nos PADs?

Os PADs são abertos por órgãos das universidades ou IFs, como o Caso Alysson Mascaro, investigado pela Universidade de São Paulo (ainda em andamento durante a produção deste Manual), ou o caso de Gustavo Benevides, primeira demissão por “conduta sexual inadequada” na Universidade Federal de Ouro Preto, em 2025.

De acordo com a matéria* publicada no site do Ariadnes sobre a demissão, a reitoria da universidade decidiu acatar totalmente o Processo Administrativo Disciplinar de 2024 que averiguou condutas de conotação sexual impróprias de Gustavo Pereira Benevides. Com base nas provas, a comissão recomendou a penalidade de demissão, o que foi acatado pela Ufop. A decisão destaca que as condutas ocorreram “no exercício de suas funções e com relevante repercussão sobre sua atuação funcional”.

As comissões que realizam e julgam os Processos Administrativos Disciplinares são nomeadas pela própria equipe da universidade e podem ser formadas por docentes, técnicos ou técnicas ou estudantes (nos casos que envolvem acusações contra alunos ou alunas). Não há um *modus operandi* definido e padronizado para lidar



Para acessar

A matéria completa está aqui: [Professor da Universidade Federal de Ouro Preto é demitido por “condutas de conotação sexual impróprias”](#)

com os casos de violência de gênero – ainda que o **Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero** do Conselho Nacional de Justiça indique em 2021, isso não aparece no **Manual dos PADs**, que foi publicado em 2022.

Ou seja, isso, mostra que os dois não interagem, ainda que próximos. Por conta disso, as decisões e possíveis punições possam ficar à mercê da subjetividade de quem está compondo a banca de julgamento. Infelizmente, sabemos que elas podem ser compostas por pessoas que não defendem os direitos de mulheres e outras pessoas.

Também não há protocolos de acolhimento, de denúncia e, muito menos de prevenção aos casos de assédio e outras violências no ambiente universitário em todas as instituições, deixando, mais uma vez, a decisão à deriva das comissões e da interpretação de cada um. O Tribunal de Contas da União (TCU)* realizou uma espécie de raio-x que procurou identificar a existência de condutas para prevenção e combate de assédio nas instituições de ensino superior.

No relatório, os resultados mostram que do total de 69 universidades, 41 não têm qualquer política ou estratégia para lidar com os casos, o que demonstra despreparo e pouca reflexão interna. O dado é mais grave tendo em vista que o número de denúncias aumentou expressivamente: no período de 2022 até março de 2024, houve a abertura de 641 processos envolvendo assédio moral e sexual de docentes/servidores das universidades federais. Nesse mesmo recorte temporal, em 57 das 69 universidades federais do Brasil, houveram denúncias de assédio (moral e/ou sexual), ou seja, em 82% das instituições.

A preocupação, portanto, é reflexo de mais denúncias nesses ambientes e comprova ainda que o debate precisa ser amplificado, pois ainda apresenta lacunas graves. Ainda que os números não representem



Para acessar

O relatório da auditoria do
Tribunal de Contas da
União está aqui: [TCU](#)
[avalia práticas de combate](#)
[ao assédio em](#)
[universidades federais –](#)
[Notícias](#)

o todo, pois é sabido que há uma alta taxa de subnotificação, eles reforçam a urgência em lidar, falar das violências de gênero no ambiente universitário. Além disso, destaca que, se não há um debate antes das violências acontecerem, isso se reflete ainda nos PADs.

O relatório afirma que há “ausência de capacitação específica das equipes de apuração para a condução de processos administrativos envolvendo casos de assédio.” (TCU, 2025, p. 11). Ademais, cita a judicialização dos casos que “pode resultar na anulação de punições ou na aplicação de sanções desproporcionais, contribuindo para a sensação de impunidade e gerando desconforto no ambiente acadêmico, o que prejudica a efetividade da política de combate ao assédio.” (TCU, 2025, p. 28).

Como no caso em que um estudante foi preso por suspeita de importunação sexual com uma aluna da Universidade de Uberlândia (UFU). A violência aconteceu no campus, durante o horário de aulas e ele foi levado pela Polícia Militar. Porém, a prisão não garante que a aluna esteja “a salvo”; porque ele pode retornar a universidade, ao convívio com ela; e também porque o debate sobre importunação sexual não é colocado, apenas a violência fica – em quem é vítima*.

Ou seja, é preciso que os processos tenham protocolos e formas de lidar e, além disso, que sejam julgados no âmbito administrativo, para que as devidas penalidades sejam aplicadas e algum sentimento de justiça esteja presente dentro do ambiente universitário – e não só em outras esferas, sejam elas penais ou criminais.

De acordo com Natália Carvalho no artigo **Experiências Femininas na Universidade: Violência de Gênero e Resistência Feminista**, no qual ela narra sua própria experiência enquanto estudante, tendo vivenciado e vivenciando diversas violências de gênero, os PADs apresentam falhas ao lidar com esses casos:



Para acessar

O matéria completa está aqui: [Estudante é preso suspeito de importunação sexual na UFU](#)

“Se considerarmos a estrutura do processo administrativo, é seguro dizer não possuímos instrumental específico para casos de assédio nas Universidades, pois de maneira geral as vítimas necessitam recontar o ocorrido várias vezes, em diferentes instâncias, implicando em violência institucional. Além disso, são escassos protocolos específicos de prevenção e enfrentamento ao assédio, ou ainda meios de denúncia de modo a garantir o acolhimento das vítimas” (2022, p. 64)

Em linhas gerais, entendemos que os processos não têm indicações explícitas de como lidar com violência de gênero. Do mesmo modo, muitas vezes os integrantes das comissões de PAD não possuem qualquer formação ou treinamento para lidar com esses assuntos. Ainda que a Lei n. 14.540/23* tenha instituído o **Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual** no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, ainda não foi possível identificar seu funcionamento.

Após explicações mais ligadas à área do direito, podemos pensar o que o jornalismo tem a ver com isso? Muita coisa, primeiro porque são casos de interesse público, o que leva à missão do jornalismo a contextualizar, explicar a situação e, com isso, levar o sentimento de reparação, de justiça e as pessoas precisam estar informadas quanto a isso. Depois, porque ao explicar termos técnicos e ajudar mais pessoas a compreenderem como se dão esses processos, podemos ter mais denúncias, e tensionar para mais medidas de combate e prevenção dessas violências.

Uma vez que a sociedade está ciente de seus direitos e de como garanti-los, podemos vislumbrar ambientes com menos violências de gênero – ou, mesmo com a presença delas, haverá mais punição, mais



Para acessar

A lei completa está aqui:
L14540

justiça sendo feita. Por isso é tão importante para o jornalismo essas coberturas, que devem ser feitas com ética, apuração afiada e checagem.

Sobre o anonimato das acusações e denúncias

Muitas pessoas acusadas, denunciadas e punidas por assédio e violência sexual nesses ambientes (e também em outros) alegam “fragilidade” nas acusações, porque, geralmente, são crimes cometidos quando ninguém está por perto, sem testemunhas – salas vazias, gabinetes docentes trancados, corredores. Sendo assim, os relatos das mulheres e pessoas que foram alvos das violações tornam-se a principal prova e evidência – isto está, inclusive, previsto nos processos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o **Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero***, que busca reconhecer as desigualdades estruturais como machismo, racismo e LGBTQIAPN+fobia, e como elas se manifestam também na Justiça. O documento vem como uma reafirmação da existência desses preconceitos e também da urgência em sua eliminação.

Ele reconhece que apesar da Constituição Federal prever a igualdade para todas as pessoas, isso não é realidade no país em que vivemos, sendo necessária a inserção do protocolo para que “magistradas e magistrados julguem sob a lente de gênero, avançando na efetivação da igualdade e nas políticas de equidade” (CNJ, 2021, p. 14).

O documento prevê o valor da palavra da vítima, que a coloca como prova fundamental. O CNJ descreve:

“As declarações da vítima qualificam-se como meio de prova, de inquestionável importância quando se discute violência de gênero, realçada a hipossuficiência processual da ofendida, que se vê silenciada pela impossibilidade de demonstrar que



Para acessar

O protocolo completo está aqui: [Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero](#)

não consentiu com a violência, realçando a pouca credibilidade dada à palavra da mulher vítima, especialmente nos delitos contra a dignidade sexual, sobre ela recaindo o difícil ônus de provar a violência sofrida. Faz parte do julgamento com perspectiva de gênero a alta valoração das declarações da mulher vítima de violência de gênero, não se cogitando de desequilíbrio processual. O peso probatório diferenciado se legitima pela vulnerabilidade e hipossuficiência da ofendida na relação jurídica processual, qualificando-se a atividade jurisdicional, desenvolvida nesses moldes, como imparcial e de acordo com o aspecto material do princípio da igualdade (art. 5º, inciso I, da Constituição Federal).” (2021, p. 85)

Portanto, a justiça brasileira entende que a falta de “materialidade” das denúncias pode ser explicada por um sistema patriarcal que nos ataca, vulnerabiliza e desacredita. Com o maior peso do relato, podemos ter mais respaldo nos processos, inclusive os administrativos, que ocorrem dentro das instituições públicas – e isso também está no Protocolo do CNJ.

Desde o receio de realizar a denúncia por medo, até interferências de outras ordens, o texto entende que as condições femininas dentro do ambiente universitário são degradantes, inferiores ao lugar ocupado por homens:

“No âmbito administrativo, devem ser consideradas as diversas intercorrências que podem alicerçar dispensas e exonerações ilegais, se condicionadas à violência de gênero prévia, caracterizada pela inaceitabilidade de assédios, abusos e outras violações da vítima. Importante para a configuração do assédio (moral e sexual na perspectiva de gênero) não é o nível hierárquico do assediador ou da assediada, mas sim as características da conduta: a prática de situações humilhantes de sujeição e de abuso condicionantes de um feminino subserviente e coisificado, no ambiente de trabalho, de forma

reiterada, até a ocorrência de outro ato ilegal, consubstanciado na exoneração ou dispensa indevida da vítima, trazendo transtornos desmedidos à sua vida e condição psíquica.” (2021, p. 97-98)

Dessa maneira, todos esses procedimentos devem seguir as indicações explícitas do Conselho Nacional de Justiça, ainda que o enfrentamento de violências estruturais seja desafiador. Porém, o que observamos no jornalismo é a desconfiança e descredibilização como norma. É importante dizer que existem sim relatos falsos e fantasiosos, mas eles configuram extrema minoria diante de tantos casos reais e dilaceradores que chegam até nosso conhecimento diariamente. Para coibir informações falsas, é necessário apurar com afinco e ter ainda mais atenção na checagem – se preciso, retorne até o tópico **Rotinas Produtivas** deste manual para entender melhor.

Algo que foi exposto pelo **Intercept Brasil** após a publicação das reportagens que conta das acusações contra Alysson Mascaro foram as **inúmeras contestações** e dúvidas quanto aos relatos de assédio, abusos e estupros dos quais o professor é acusado – que ainda estão em investigação pela Universidade de São Paulo (USP). O que nos retoma a um ponto crucial na apuração: a checagem.

Quando somos novos no curso de Jornalismo e vamos entrevistar alguém, é comum pensar e considerar que tudo o que nos foi dito é verídico (ou pelo menos a maior parte). Porém, com o passar do tempo vamos entender que as versões dependem de quem nos conta, dos interesses da fonte e do que essa pessoa está defendendo como verdade – e até mesmo do que é verdade, ou a famosa objetividade e neutralidade que o jornalismo vive buscando.

Sendo assim, precisamos entender como aquela história está sendo contada (e porquê), o que ela quer

dizer; a partir disso, ligar os fatores principais que dão sustentação à apuração e realizar a checagem. É evidente que, para o público, pode haver dúvidas sobre a não divulgação dos nomes das fontes, por estarem a maioria em anonimato, mas, se esse for o caso, basta explicar os motivos para preservar a identidade das vítimas é fundamental.

Os testemunhos anônimos tem nome, sobrenome e endereço, são pessoas que existem e vivenciaram, na pele, terríveis violações. Logo, o ato de não divulgar quem são é não apenas por cuidado, mas também para não revitimizar aquela pessoa, não expor ainda mais violências – dessa vez do público.

Pedidos de recurso e revisão

Mesmo após a conclusão do PAD, muitos professores e servidores, insatisfeitos com a decisão – porque perderam o privilégio de assediar e estão sendo punidos por isso –, costumam interpor recursos jurídicos para questionarem os fatos e retornarem aos postos dos quais estariam sendo retirados. Isso faz com que as vítimas, depois de passar por um longo processo, corram o risco de retornar à convivência com seus agressores, tornando a permanência na universidade ainda mais difícil.

Mas não nos cabe decidir ou aceitar recursos, e sim noticiar o que se passa. Pois bem, **como o jornalismo lida com isso?** Há uma questão que se apresenta de maneira crucial nesses casos que são os acompanhamentos, as suítes, sobre as violências de gênero dentro da universidade, que não costumam acontecer.

É preciso permanecer em contato com as fontes, entender o que está acontecendo no momento e acompanhar de perto as tramitações. Ainda que o andamento do Processo seja sigiloso, é possível solicitar, via Lei de Acesso à Informação (LAI ou Lei n. 12.527), seu

conteúdo, para entender o que foi colocado e levado em consideração.

Mesmo que seja o caminho mais longo (ao aguardar a LAI), podemos contrapor a versão de denunciante e acusado, tensionando as decisões finais e questionando-as – com base em checagem e apuração, claro. Mas é fundamental continuar olhando para os casos mesmo após seu julgamento, para entendermos se há reparação, sensação de justiça feita, ou se os perpetradores permanecem nos mesmos ambientes, sem punição.



06.

O lugar da vítima





A checagem já foi citada anteriormente, mas é interessante trazê-la de volta ao falar do lugar da vítima, pois, enquanto jornalistas, nossa ligação com a pessoa, o relato, pode ser profunda. Portanto, a urgência da checagem é ainda maior, pois não só **queremos** acreditar, como podemos. Um caso emblemático de falta de apuração destaca-se na reportagem *A rape on campus* (“Um estupro no campus: ataque brutal e luta por justiça na UVa”), publicada pela revista estadunidense **Rolling Stone** em 2014. Nela, um caso de estupro coletivo durante uma festa é relatado na Universidade da Virgínia. Resumindo o caso: todo o ambiente para o estupro, a conduta da estudante que denunciou e mesmo a universidade, estavam dentro do que comumente é retratado. Porém era inverídico. Ao longo da reportagem, existem diversos erros de apuração, lacunas informativas e imprecisões que levaram o veículo a publicar retratação e retirá-la do ar. Esse caso fica como lição, como urgência para um jornalismo que precisa investigar, se deslocar e apurar com ética.

Quando acontecem inúmeras violências, em especial no ambiente educacional, podemos pensar de maneira simplória: “é só denunciar” ou “procure os coordenadores, diretores! Isso não pode ficar assim!”. No entanto, o processo de denúncia pode ser tão violento e desafiador quanto a própria experiência, mesmo porque em muitos casos não há provas concretas, não há testemunhas, representando um nível a mais de complexidade*.

As professoras Natália Lisboa e Flávia Pereira, coordenadoras da Ouvidoria Feminina da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), descrevem esse processo no artigo **“Panos quentes queimam quem denuncia”: propostas a partir do feminismo decolonial para superação da violência de gênero na universidade pública**:

Formalizar uma denúncia e enfrentar um processo administrativo, criminal ou cível pode fazer com que esta mulher esteja suscetível a outros tipos de violência institucional, que se manifestam na desqualificação do seu relato e da sua sanidade mental. Além de ter que reviver o evento traumático inúmeras vezes, com o risco de sofrer represálias dos familiares ou do agressor. Muitos questionamentos irrelevantes sobre o fato ocorrido, a exemplo de se a denunciante estava alcoolizada; porque ela estava sozinha; qual roupa ela utilizava, porque ela demorou tanto tempo para denunciar; porque não existem provas – só a palavra dela, revelam o despreparo e machismo institucional. Esta revitimização institucional, marcada pelo *gaslighting*, é um fator decisivo para que essa e outras vítimas não denunciem o crime sofrido. (Lisboa; Pereira, 2024, p. 12).

Não é somente no processo de denúncia que essas revitimizações podem ocorrer, mas também no jornalismo. É comum que no momento da entrevista, por exemplo, essas memórias sejam revisitadas, trazendo

angústia para quem a vivenciou. Logo, muitas pessoas não se sentem confortáveis para falar sobre o ocorrido, ou por medo de represálias, por serem prejudicadas, ou mesmo por receio de serem desacreditadas, diminuídas a partir de uma violência que sofreram.

É comum também o sentimento de dúvida consigo mesma: será que eu fiz algo? Será que dei algum tipo de “abertura” para isso acontecer? Podia ter sido evitado? Infelizmente a culpa também está presente em quem sofre, muito por conta do machismo estrutural e sistema patriarcal que desacredita e menospreza constantemente as mulheres. Esse sentimento pode ser aumentado pelo modo como a entrevista é conduzida – e uma conduta humanizada e sensível pode amenizar essa sensação.

Mas não há “mudança” no comportamento feminino (por exemplo) possível para se esquivar de um assédio sexual/moral – ou de qualquer tipo de violência –, pois enquanto homens têm a liberdade e poder de fazer o que desejarem (sem punição em muitos dos casos e ainda ter respaldo de uma rede masculinista), o desafio de lidar com tudo isso fica em nossa conta.

Há ainda outra dimensão das violências, que podem desmobilizar por completo a vida das vítimas, desde a decisão de permanecer (ou não) na universidade sem a certeza de punição após a denúncia – ou mesmo sem coragem para denunciar*. Esses conflitos atravessam afetos em comum, a convivência e mesmo o desejo de continuar lidando com lembranças e, em casos mais graves, perseguições dentro das instituições.

Por isso encontramos dificuldades em contatar fontes (mesmo aquelas que não foram vítimas), pois elas se negam a falar por medo, por serem coagidas ou por não quererem se envolver ainda mais nesses casos. É como aquela máxima de que “todo mundo sabe, mas ninguém quer falar sobre”.

Cabe ainda o peso de como lidar com a violência



Todas as informações sobre o caso são do artigo **Erro, Dúvida e Jornalismo Generificado: Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”**, de Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão. Você pode acessá-lo [aqui](#).



É importante termos em mente que nem sempre a vítima de violência fará a denúncia, ou pode fazer e não dar continuidade. O processo é burocrático, lento e pode estimular ainda mais insegurança e instabilidade na vida dessa pessoa. Portanto, enquanto comunicadoras/es, é preciso ter também a sensibilidade de compreender toda uma dimensão ao redor desses acontecimentos. Denunciar é importante, claro, mas é ainda mais importante a vítima ter direito a escolher o que deseja fazer, como deseja, num tempo que deve ser respeitado.

em relação às outras pessoas; como contar? Será que vão acreditar? E se minha família me aconselhar a sair desse espaço? Se eu expuser o caso e não tiver apoio de ninguém? São inúmeros questionamentos que perpassam a experiência do trauma, que Flávia Pereira e Natalia Lisboa complementam a partir da atuação na Ouvidoria Feminina da UFOP:

Da vivência dos atendimentos, é recorrente o relato de graduandas que manifestam a preocupação de que a violência se torne de conhecimento público de seus familiares, temendo que seus parentes entendam a Ufop como um ambiente inseguro e, assim, decidam afastá-las do ambiente universitário, o que causaria prejuízos à graduação. As denunciante também têm medo de sofrer represálias do agressor, temem a exposição e relatam o desconforto de continuar frequentando os mesmos espaços universitários do acusado. Por isso, nenhuma mulher em situação de violência tem a obrigatoriedade de formalizar uma denúncia, apesar da relevância política do ato de formalização (Lisboa; Pereira, 2024, p. 12).

Portanto, é preciso compreender que as inúmeras formas de violências decorrentes de assédio, abusos e estupros existem também na cobertura jornalística, fazendo com que a vítima seja – mais uma vez – culpabilizada, por exemplo. Além disso, a própria cobertura pode fazer com que essas pessoas recuem de seus relatos, por conta da exposição e receio de retaliações piores. Na esteira desse contexto, é necessário reconhecer como esse momento pode ser especialmente desafiador e, para lidar com ele, precisamos de sensibilidade, compromisso e, claro, ética em todas as etapas da produção – principalmente com as vítimas.

Isso precisa estar posto em todos os processos, desde a seleção de fontes, passando por perguntas e

entrevistas, por exemplo.

Romper com essas violências representa inúmeros desafios, pois geralmente, não há apenas um tipo – como violência física e sexual, que costumamos evidenciar mais, talvez por configurarem um “auge” ou pela possibilidade de culminar em feminicídio. É preciso também observar e trazer para o debate outros tipos de violência, como a psicológica, patrimonial, moral e outras ameaças que afetam a autoestima, confiança e afastam de pessoas próximas. Para isso, é preciso adotar um outro ponto de vista, pensando não apenas na criminalização e punitivismo, mas também em uma mudança no modo de agir, que vem de muito antes.

No episódio **As redes sociais têm jeito? Mariana Valente acha que sim** do podcast **Fio da Meada**, a pesquisadora e advogada Mariana Valente traz uma perspectiva interessante, que vai além do debate do Direito Penal. Ela comenta sobre a diferença entre misoginia e sexismo:

“Quando a gente está falando de misoginia, é importante pensar na misoginia como um sistema de fazer valer regras de gênero numa determinada sociedade. (...) o sexismo usa jaleco e a misoginia faz a caça às bruxas. O sexismo seria esse sistema de justificações. Mas, quando a gente pensa na forma de fazer valer essas justificações, a gente está falando de misoginia. E aí, claro, a violência tem um papel muito grande. Mas a gente não precisa estar falando só de ações violentas, né? A gente pode estar falando de discursos que vão propagando visões e aí vão criando formas de controle que, aí por sua vez, podem ser violentas. Mas tem todo um sistema aí de ações de vigilância e controle que entram nesse conceito de misoginia”.

Ou seja, Mariana evidencia de maneira direta todo um sistema de controle, vigilância e violência que nos interpela enquanto mulheres – e também outros sujeitos atacados e vulnerabilizados nesse mesmo modelo.

Sendo assim, o papel do jornalismo é também questionar o sistema patriarcal no qual estamos inseridas, em que as violências são constantemente invisibilizadas e quando chegam a ser noticiadas, têm várias interpretações que dificultam ainda mais e revitimizam as vítimas.

Uma vez que compreendemos as estratégias utilizadas para vitimizar mulheres, meninas e outras pessoas, é imprescindível elaborar um conjunto de táticas para agir no caminho oposto, como aliadas para a eliminação de violências. Isso inclui entender como o lugar da vítima é complexo e deve ser tratado com sensibilidade extra.

Existe um jeito “certo” da vítima se portar?

Para responder ao questionamento que dá nome ao tópico: não, não há um jeito correto de ser vítima. A experiência de ser vítima é diferente para cada pessoa; varia de acordo com a violência, com a cultura em que está inserida, com a credibilidade atribuída a ela ao contar, entre outros fatores que (não) definem por completo essa vivência.

Podemos dizer que existem alguns rastros, algumas pistas possíveis de entender ao falar de violência de gênero – como receio, medo, afastamento repentino –, mas eles não são absolutos. Quando ocorrem violências contra um corpo, integridade física, mental ou sexual, é comum imaginarmos apenas a dimensão de vulnerabilidade que perpassa a pessoa, como ela está machucada e ferida, mas não é “apenas” isso.

As maneiras de lidar com um trauma são variadas e podemos pensar que algumas irão preferir o silêncio; outras, a ação. A elaboração também tem a ver com a existência de apoio, suporte, às vezes médico. Tem a ver ainda com o tempo levado para entender que o que está acontecendo/aconteceu é uma violência – e isso precisa

ser respeitado. Ainda que o jornalismo vise a agilidade em relação aos fatos, muitos relatos brutais só vão aparecer após anos, e isso pode representar não só o receio de represálias, mas também as formas de sobrevivência.

Isso vale sobretudo em relação ao ambiente universitário, onde há uma prática de acobertar, colocar panos quentes nos casos, para que eles não prejudiquem a carreira e vida pessoal de acusados, por exemplo. Isso reflete nas vítimas diretamente, pois a impunidade está praticamente pressuposta, ou seja, como denunciar? Como se portar em meio ao que Rita Segato (2016) vai chamar de **confraria dos homens** ou **pactos de masculinidade** – em que um defende o outro e vice-versa. O desafio torna-se, portanto, contínuo entre lutar e sobreviver.

É comum ainda a presença de alguma confusão mental após o ocorrido, como perdas de memória ou lacunas entre os acontecimentos. Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão (2018) citam a publicação *Reporting on rape and sexual violence* (Relatório sobre estupro e violência sexual), da Força-Tarefa de Chicago sobre Violência contra as Garotas e Jovens Mulheres, em que afirmam:

“Não se surpreenda se os relatos fizeram apenas sentido parcial. Com frequência, sobreviventes de violência sexual “se apagam” emocionalmente: as lembranças podem se tornar fragmentárias, e em alguns casos elas podem bloquear completamente um evento. Relatos incompletos e contraditórios não são evidência primária de mentira, mas antes a luta que entrevistados podem vivenciar para tentar fazer sentido do que lhes aconteceu” (Garcia-Rojas, 2012, p. 9 apud Gomes Barbosa, Varão, 2018, p. 22)

Há outra camada dentro da experiência da vítima, que é a experiência do outro lado, de quem comete esses



Está previsto na legislação brasileira a Lei 14.245/21 (mais conhecida como Lei Mariana Ferrer) que protege vítimas de violências de gênero durante julgamentos. A [Agência Senado](#) explica que a lei “aumenta a pena para o crime de coação no curso do processo, que já existe no [Código Penal](#). O ato é definido como o uso de violência ou grave ameaça contra os envolvidos em processo judicial para favorecer interesse próprio ou alheio, e recebe punição de um a quatro anos de reclusão, além de multa. Essa pena fica sujeita ao acréscimo de um terço em casos de crimes sexuais”. Ou seja, durante as tramitações a defesa não pode coagir ou apresentar como evidências materiais que depreciam a vítima.

Confira a lei na íntegra aqui: [L14245](#)

crimes. Existem, novamente, algumas pistas que servem de norte: como a descredibilização constante dos relatos; a apresentação de mensagens, e-mails e outros registros que dão a entender uma relação de normalidade – como se houvesse a possibilidade de negar completamente o contato com um professor, orientador, por exemplo – e ataques à integridade da vítima.

Tudo isso evidencia como existe todo um sistema que desestimula e desacredita os relatos de violência, e mais, que mesmo após a denúncia e investigação, a vítima é descredibilizada, tendo de lidar com mais represálias*. Por isso o jornalismo precisa ser aliado, se afetar a partir de testemunhos e combater as violências.

E quando o acusado é um “aliado”?

Casos [Silvio Almeida](#), [Alysson Mascaro](#) e [Boaventura Sousa Santos](#)

Como anteriormente contextualizado neste manual, vivemos em uma sociedade que menospreza, fere e mata mulheres – e outros sujeitos vulnerabilizados pelo mesmo sistema –, o que nos leva a um ponto crucial dessa discussão: e quando as acusações são com pessoas “aliadas” à nossa luta? Pessoas que defendem a democracia, os direitos humanos, que são progressistas. Pessoas que se dizem a favor do feminismo, da luta por um mundo mais igualitário para todas as pessoas.

Porém, enquanto reflexo desse mesmo sistema, casos de violência de gênero também podem ser cometidos, infelizmente, por aqueles que admiramos. Durante os últimos anos, três casos nos saltam aos olhos quando pensamos no campo progressista, são eles: Boaventura Sousa Santos (da Universidade de Coimbra, em Portugal); Alysson Mascaro (da Universidade de São Paulo); e Silvio Almeida (ex-ministro de Direitos Humanos). Vou relembrar, rapidamente, cada um deles para que fique mais claro:

Boaventura Sousa Santos: Professor de Sociologia na Universidade de Coimbra, pesquisador de decolonialidades. Foi denunciado em 2023 por um coletivo de mulheres, que na época o identificaram como “professor-estrela”. Em 2024, um grupo de pesquisadoras acusou publicamente (ou seja, exibindo suas identidades, e não anonimamente) os assédios e abusos sexuais – entre outras práticas – de Boaventura.

O Centro de Estudos Sociais (CES), onde ele lecionava, divulgou um relatório afirmando “padrões de conduta de abuso de poder e assédio por parte de algumas pessoas que exerciam posições superiores na hierarquia do CES”. Em janeiro de 2025, Boaventura processou quatro das mulheres que o acusaram de assédio.

A **Agência Pública** acompanha o caso e você pode conferir [aqui](#).

Alysson Mascaro: Jurista e professor da Universidade de São Paulo (USP), considerado referência no pensamento marxista no Brasil. Foi acusado, em 2024, por dez alunos de assédio e abuso sexual – todos eles homens. Os relatos foram anônimos, por receio de represálias ou ataques. Os episódios retratados são entre 2006 e 2024, com semelhanças no modo de agir e nas abordagens.

A USP abriu um PAD e determinou afastamento preliminar de Mascaro no início de 2025.

O **Intercept Brasil** acompanha o caso e você pode conferir [aqui](#).

Silvio Almeida: Advogado, professor e ex-ministro dos Direitos Humanos do Brasil (2023-2024). Foi acusado, em 2024, por assédio sexual, pela organização Me Too Brasil, que acolhe vítimas de violência sexual. Muitos dos relatos foram anônimos, por medo de retaliações, mas algumas mulheres se manifestaram publicamente,

entre elas a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Anielle não fez a denúncia; seu nome foi publicado no jornalismo, e ela foi instada a se manifestar publicamente.

Silvio foi demitido do governo em 2024, no mesmo mês em que saíram as denúncias.

O **Metrópoles** acompanhou o caso e você pode conferir [aqui](#). A revista **piauí** tem uma ótima reportagem que você pode conferir [aqui](#).

Observação importante: todos eles têm direito a ampla defesa e a presunção de inocência. Os processos correm em sigilo. E nenhum deles está concluído até a conclusão deste trabalho.

Após essa breve contextualização, podemos pensar: o que há de comum entre os três? São homens; ocupam (ocupavam) altos cargos de poder, com influência na vida das pessoas; defendem ideais igualitários. Podemos nos ater a esses três principais aspectos, que nos direcionam para outra coisa que eles têm em comum: foram amplamente defendidos por boa parcela daqueles que se dizem “respeitar as mulheres” ou “prezar por suas vidas”.

É difícil, todas sabemos, acreditar que uma pessoa tão próxima, de quem admiramos e cujo trabalho respeitamos possa cometer crimes tão graves como esses. Porém, há evidências – no mínimo – consistentes para ficarmos em alerta.

Para além de aliados, as figuras de assediadores e perpetradores não é, como costumamos imaginar, sombria, sozinha e com uma bandeira de perigo; muito pelo contrário, essas pessoas estão ao nosso redor como amigos, professores legais e relações que não entendemos como amedrontadoras. No episódio **Ana Clara Costa e a anatomia do caso Silvio Almeida**, ela afirma que:

“Essa questão da figura do assediador como uma figura sombria, que age nas sombras, que é uma figura... não! O assediador muitas vezes é o professor mais legal, é o chefe bacana, é a pessoa que está lá com a galera, entendeu? Ela não é necessariamente aquela figura do mal, que você olha, você fala: “Nossa, que medo!”. Não! Geralmente costuma ser o contrário. Costuma ser a pessoa, justamente, que tem mais acesso às mulheres e tudo mais.”

Por isso é ainda mais difícil identificar e conseguir romper com o silêncio nesses casos. Ficamos verdadeiramente desacreditadas, embasbacadas com tamanha brutalidade dos relatos de tantas pessoas sobre uma figura importante. No entanto, nosso dever enquanto comunicadoras/es é com a verdade, com os fatos em sua totalidade, exibindo inclusive as contradições, as complexidades dos episódios.

Sobre o caso Silvio Almeida, a escritora e filósofa Djamila Ribeiro, em sua coluna na **Folha de S. Paulo***, escreveu:

“Uma enorme quantidade de pessoas foi a público dizer que não se podia ter pressa em acusar, e eu concordo plenamente: devemos aguardar as investigações. Porém essas mesmas pessoas fizeram aquilo que apontavam: saíram às pressas para defender. Por mais que admiramos uma pessoa, nutramos carinho e afeto, é importante nos atermos aos fatos, por mais doloroso que seja. E os fatos são denúncias de dezenas de mulheres, entre elas Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial. Independentemente do que achemos ou não, é preciso reconhecer a gravidade das denúncias e não, a priori, descredibilizar as denunciantes, tampouco suas advogadas.”

O que Djamila descreve é observado também nos outros casos, como uma campanha de descredibilização dos relatos – que são vários e em relação aos três acusados. Essas ações levaram, inclusive, o Intercept Brasil publicar um texto explicando como foi possível



Para acessar

O artigo completo está aqui: [Os homens que não rompem com a lógica machista](#)

chegar nas acusações, já que são todas anônimas. Tatiana Dias descreve*:



Para acessar

O texto completo está aqui: [Por que \(e como\) publicamos as denúncias contra Alysson Mascaro](#)

“Então, cabe deixar claro, mais uma vez: não se tratam, apenas, de dez “relatos anônimos”, como defensores de Alysson Mascaro nos meios jurídicos e midiáticos estão afirmando. São histórias de dez pessoas diferentes com nome e rosto – que não apareceram pois, sabemos, o julgamento pode ser cruel com as vítimas (como a reação à reportagem pôde comprovar). O jornalismo verdadeiramente independente é uma ferramenta vital para a busca da justiça quando nossas instituições não conseguem proporcionar um ambiente adequado para isso, o que ocorre com frequência.”

Os ataques à integridade ou veracidade dos relatos é recorrente, assim como supostas “comprovações” como mensagens de texto e e-mails – que não atestam nada, pois uma vez que todos os casos lidam com figuras de poder, há ainda a coação de continuar lidando com a pessoa como se tudo estivesse “normal”. Grupos de homens tentarão se defender de inúmeras maneiras, fazendo barulho com isso e nos provocando, como mostram os títulos e linhas finas do portal **Brasil 247***:

Intercept dobra a aposta na difamação e na acusação sem provas contra Alysson Mascaro

Objetivo da publicação estadunidense é provocar o cancelamento de um dos principais intelectuais marxistas do Brasil

[Texto completo aqui.](#)

O professor Alysson Mascaro é inocente (ou qual é o verdadeiro compromisso que se tem com a “democracia”?)

“Já que muitos se acham no direito de julgá-lo, também deve ser dado o direito de defendê-lo”

[Texto completo aqui.](#)

Contra a calúnia. Em defesa de Boaventura de Sousa Santos

Boaventura de Sousa Santos é alvo de calúnias que tentam silenciar sua trajetória intelectual e política em defesa da democracia e da justiça

Texto completo [aqui](#).

História de uma difamação

Retirada de capítulo difamatório pela Routledge não impediu onda de cancelamentos contra Boaventura, marcada por disputas internas e guerra midiática

Texto completo [aqui](#).

Silvio Almeida questiona denúncias de assédio e aponta suspeição da ONG Me Too

'Quero saber pelo menos de quando são as denúncias. O Me Too é suspeito', disse o ex-ministro à PF

Texto completo [aqui](#).

"Pessoas de esquerda não demoraram um minuto para condenar um homem negro acusado sem provas", diz Silvio Almeida

Ex-ministro dos Direitos Humanos critica linchamento simbólico, nega as denúncias de assédio e reafirma sua inocência em entrevista

Texto completo [aqui](#).

Estes são apenas alguns exemplos dos muitos que observamos durante essas coberturas. Eles acusam outros veículos de não apresentarem provas, reafirmam as posições de destaque dos três – e de outros – acusados e se colocam em defesa deles. Porém, se acreditamos em um mundo mais justo para todas as pessoas, temos de investigar, considerar as possibilidades e, portanto, aceitar se um de nossos “ídolos” estiver envolvido em casos de violência sexual.



Trago aqui a descrição disponível na página “Quem Somos” do portal: “O Brasil 247 é um dos maiores sites de notícias do Brasil e defende a democracia plena, a brasilidade, o desenvolvimento econômico com justiça social, a sustentabilidade ambiental, os ideais progressistas, os valores humanistas, o multilateralismo na política externa, a informação como um direito de todos os cidadãos e a valorização do conhecimento, da ciência e da experiência. O Brasil 247 também se destaca pelo combate a todas as formas de preconceito e tem como uma de suas bandeiras a luta contra o etarismo nas relações de trabalho.”

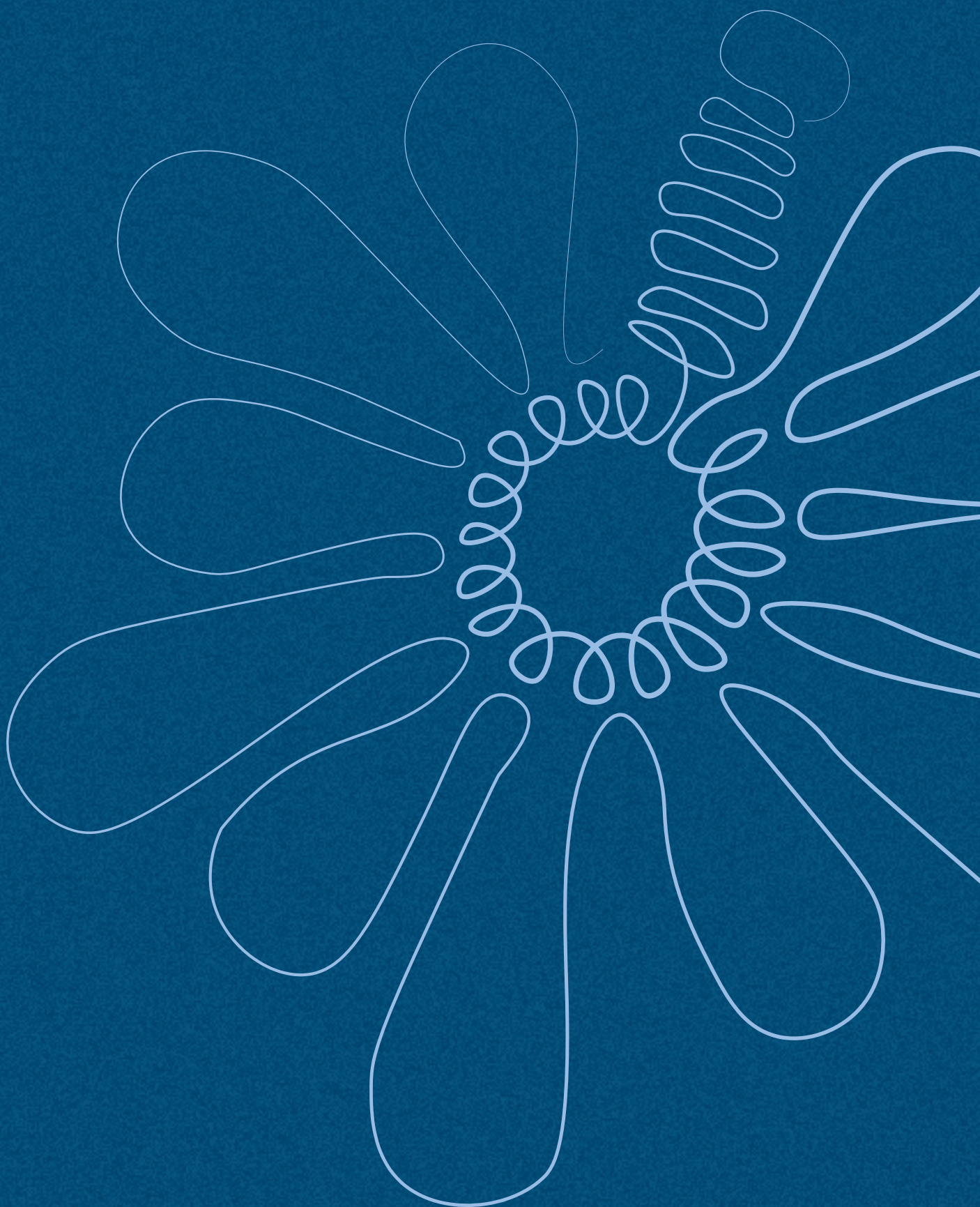
Outro ponto de intersecção entre os três é que as acusações vieram à tona ou por meio do jornalismo, ou por um coletivo de vítimas reunidas. Ou seja, é nosso dever falar desses casos, não porque é um trabalho agradável ou fácil, mas porque é nossa missão com a verdade. Além disso, tratam-se de apurações demoradas e longos processos de checagem, pois para publicar relatos dessa magnitude a ética e responsabilidade têm peso dobrado.

É preciso dizer, ainda, que isso é válido para todos os casos de violência de gênero, sejam com pessoas ‘aliadas’ ou não. Nosso compromisso é questionar o que está errado e promover mudança, reparação e justiça para as vítimas.



07.

**Por que cabe ao jornalismo
pautar e nomear as violências
de gênero no ambiente
universitário?**



Historicamente o jornalismo serve como tradutor e propulsor de temas importantes para a sociedade. Porém, há um mito na área de que notícias e reportagens devem ser objetivas, diretas ao ponto e, claro, escutar os “dois lados” sem se posicionar, somente dando a informação. No entanto é preciso voltar alguns passos e questionar: de que lugar partiu esse jornalismo que se diz neutro?

Como afirma a jornalista e professora Fabiana Moraes, o jornalismo foi “criado, desenvolvido e reproduzido em uma sociedade desigual, marcada por questões como o racismo, o classismo e o machismo” (2019, p. 205). Assim, continua propagando e legitimando esses (e outros) tipos de opressão, portanto não representa neutralidade alguma. Ao escrever, pensar em uma pauta ou registrar uma imagem estamos delimitando enquadramentos específicos – sejam eles literais ou subjetivos –, logo torna-se impossível pensar em um jornalismo “isento”, pois por detrás de toda apuração há gente (ou pelo menos isso é esperado). A objetividade, dessa maneira, é masculina – branca, cisgenero, hétero e sem deficiência.

Se pensarmos nas notícias sobre feminicídio veiculadas diariamente, o que teremos como mensagem? Para começar, a normalização do ato de ceifar a vida de milhares de mulheres apenas por existirem. Depois, que esses casos são ‘isolados’ e não representam a maioria das famílias brasileiras, por isso não é preciso se preocupar. Afinal se não foi comigo, por que me importar? Mais que isso, as coberturas não contextualizam as violências e as caracterizam como “momentos de fúria incontrolável” ou por um homem estar “inconformado com o fim do relacionamento”.

Ao final, temos como resultado o menosprezo da vida das mulheres, que gera ainda mais violência. A comunicação expressa – e muito – como vamos lidar com graves problemas da sociedade, como violência,

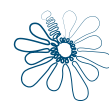
racismo e LGBTQIAPN+fobia. Karina Gomes Barbosa e Rafiza Varão descrevem, no artigo **Erro, Dúvida e Jornalismo Generificado: Um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem “A rape on campus”** como o jornalismo é essencial para promover mudança:

“[...] o jornalismo integra o tripé redistribuição-representação-reconhecimento que precisa ser transformado para garantir acesso paritário das mulheres à cidadania. A prática jornalística é um dos elementos culturais de reconhecimento que precisa, nesse contexto, dar a reconhecer adequadamente os sujeitos femininos em sua cobertura, naquilo que visibiliza (Fraser, 2013)” (Gomes Barbosa, Varão, 2018, p. 14).

A comunicação, portanto, é agente de mudança – e deve atuar positivamente como tal.

A universidade, por sua vez, foi historicamente construída como lugar extremamente masculino, branco, heteronormativo, cisgênero e sem deficiência. Os grupos que sequer entravam nesses ambientes, quando passaram a entrar, não são, propositalmente, ‘encaixadas’ nesses padrões e ficam desalojadas nesses locais. Além disso, é preciso considerar o ambiente educacional como reprodutor de poder e violências já conhecidas e presentes na sociedade, como a misoginia, racismo, LGBTQIAPN+fobia e capacitismo.

Ou seja, uma vez que essas opressões existem e operam fora das instituições, elas também operam dentro, criando um microcosmo de violências que se manifestam, mais uma vez, contra grupos e pessoas já vulnerabilizadas pela sociedade*. Porém, há um pacto de silêncio na academia, como esse lugar do conhecimento, de poder e status, o que faz com que as violências não sejam enfrentadas como deveriam – nem mesmo ganham espaço para debate.



Para ler e refletir sobre como o ambiente educacional também é espaço de violências de gênero e sexualidade leia **O Corpo Educado**, de Guacira Lopes Louro.



Para acessar

O Guia completo está aqui: [Guia de Boas Práticas sobre Bissexualidade](#)

Por isso torna-se ainda mais urgente dizer o nome das violências, dos casos, dessas feridas expostas que sangram em silêncio. O jornalismo precisa se colocar, se afetar e questionar tais violências estruturais.

Jess Carvalho no Guia de Boas Práticas para **Coberturas Jornalísticas sobre Bissexualidade***, afirma que, ao nomear uma sexualidade, ou violência (no caso deste manual) é:

“Este é um convite para assumirmos a dimensão subjetiva do jornalismo, sem descartar a objetividade que guia uma boa apuração, com fontes qualificadas e checagem responsável, mas entendendo que o jornalismo tem papel social e as escolhas que fazemos reverberam no dia a dia das pessoas.”

Mais que isso, é um convite para assumirmos uma objetividade feminista, que luta e defende os direitos das mulheres e pessoas vulnerabilizadas por esse sistema. O trabalho começa desde a pauta e nomear, ou tratar dessas violências torna-se consequência deste processo.

Com que fontes devo falar sobre violência de gênero na universidade?

A escolha das fontes com quem vamos conversar pode mudar completamente o rumo da pauta. Quando abordamos um tema como violência de gênero – seja ela em quaisquer espaços – podemos pensar que são necessários apenas: números (como pesquisas e levantamentos), relato da pessoa que sofreu a violação e a declaração de quem está sendo acusado. Porém, para uma cobertura mais qualificada e crítica, é preciso inserir mais do que o óbvio.

É fundamental buscar informações mais precisas, dar o contexto da violência e abordar possíveis caminhos

para alterar essa realidade. Ao falar de violências no ambiente universitário, nem sempre vamos conseguir uma fonte que pesquisa exatamente esse assunto, porém ao discutir sobre violência de gênero e suas estruturas, ela nos dá pistas de como a universidade é inundada por essas violações. Sendo assim, reuni contatos de especialistas e grupos de pesquisa/extensão para auxiliar nesse processo.

No entanto, pensando em alguns campi que ficam localizados no interior e, a depender do caso, é também importante consultar fontes mais próximas, que possam apresentar um contexto mais local/regional.

Lista de fontes:

Projeto Ariadnes - UFOP, Mariana/MG

ariadnes@ufop.edu.br / Instagram

Ouvidoria Feminina - UFOP, Ouro Preto/MG

(31) 982573131 / ouv.femininaufop.sico@ufop.edu.br / Instagram

Andorinhas - UFOP, Ouro Preto/MG

Instagram / andorinhas.ufop@gmail.com

Transverso: Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica - UFSC, Florianópolis/SC

transverso.ufsc@gmail.com / site

Grupo de Estudos em Tradição e Memória (EsTreMa) - UFMA, São Luís/MA

reportagem@laborejo.com.br / Instagram

Heloísa Buarque de Almeida (pesquisadora) - USP, São Paulo/SP

helobrun@uol.com.br

Maria Cristina Cavaleiro (pesquisadora) - UENP, Jacarezinho/PR

mariacristina@uenp.edu.br

Cynthia Miranda (pesquisadora) - UFT, Palmas/TO

cynthiamara@mail.uft.edu.br

Elisangela Aparecida da Silva Lizzi (pesquisadora) - UTFPR, Curitiba/PR

elisangelalizzi@utfpr.edu.br

Lídia Maria Vianna Possas (pesquisadora) - UNESP, São Paulo/SP

lidia.possas@uol.com.br

Carla Rodrigues (pesquisadora) - UFRJ, Rio de Janeiro/RJ

carla.ifcs@gmail.com

Carolina Brito (pesquisadora) - UFRGS, Porto Alegre/RS

carolina.brito@ufrgs.br

Natalia Lisboa (pesquisadora) - UFOP, Ouro Preto/MG

natalialisboa@ufop.edu.br

Flávia Máximo Pereira (pesquisadora) - UFOP, Ouro Preto/MG

flavia.pereira@ufop.edu.br

Tânia Mara Almeida (pesquisadora) - UnB, Brasília/DF

taniamaraca@unb.br

Valeska Zanello (pesquisadora) - UnB, Brasília/DF

valeskazanello@uol.com.br

Academia Sem Assédio - Coletivo de Vítimas do Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, Portugal

academiasemassedio@gmail.com / site / Instagram

Observatório de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e suas Múltiplas Insurgências - Caleidoscópio

observatoriosulsudeste@gmail.com / site

Agência Patrícia Galvão

contato@patriciagalvao.org.br / (11) 3262-2452 / (11) 3266-5434

USP Mulheres

site / uspmulheres@usp.br

Me Too Brasil

contato@metoobrasil.org.br / 0800 020 2806 / site

Replico algumas das fontes que estão no Manual Universa, pois elas também podem ajudar:

Cosmologia Violenta. Estudo Sobre A Compreensão Do Comportamento De Homens Violentos Em Crimes Contra Mulheres - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

(21) 98459-1903 / anasabadell@yahoo.com

Direitos Humanos, Violência De Gênero e Identidades - Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE

(38) 99916-5664 / mfernanda_cambuy@hotmail.com

Estudos Sobre Violência e Criminalidade na Contemporaneidade - Universidade Federal de Sergipe - UFS

(79) 21056767 / dancacosta@hotmail.com

Grav - Grupo de Relações Afetivas e Violência - Universidade Federal da Paraíba - UFPB

(83) 99921-3939 / marcelazamboni@gmail.com

Grupo de Estudos e Pesquisas: Feminismos e Violências de Gênero - Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

(42) 3629-8399 (42) 98412-4945 /
numapeguarapuava2018@gmail.com

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações Sociais de Gênero e Feminismo (Gef) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

(84) 3315-2210 / mirlacisne@gmail.com

Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Violência e Saúde Sexual e Reprodutiva - Universidade Federal do Piauí - UFPI

(89) 3522-4758 / gpvess@ufpi.edu.br

Grupo de Pesquisa sobre Violência de Gênero Universidade Estadual de Londrina - UEL

(43) 3371-4245 / sanlou@uel.br

Grupo Interdisciplinar de Estudo da Violência da Universidade do Estado do Amazonas - UEA
(92) 9219-3588 / dorlimarques@yahoo.com.br

Grupo Interdisciplinar em Gênero, Raça e Sexualidades (Gigras) - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
(54) 3321-7312 / marcos.vieira@uffs.edu.br

Laboratório Avançado nos Estudos de Gênero e Violência Universidade Federal de Uberlândia - UFU
(34) 3225-8603 / denarigiuliani@bol.com.br

Levis - Laboratório de Estudos das Violências Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
(48) 3721-9714 / levis@contato.ufsc.br

Nah - Núcleo de Atendimento Humanizado Universidade Estadual do Ceará - UECE
atendimento.nah@gmail.com / nucleo.mulheres@uece.br

Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Políticas Públicas, Direitos Humanos, Gênero, Vulnerabilidades e Violências - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
(67) 98151-5803 / claudia.araujolima@gmail.com

Numape - Núcleo Maria da Penha - Toledo - Unioeste
(45) 3379-4099 / (45) 3379-4099 / numapetoledo@gmail.com

Políticas de Prevenções das Violências, Acesso à Justiça, Educação em Direitos Humanos e Gêneros - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
(21) 99766-1466 / miriamufrj@gmail.com

Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar (Pievf) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
(21) 2334-0504 / clmoraes@ims.uerj.br

Violência Doméstica e Discriminação Baseada em Gênero: Uma Análise Interdisciplinar da Aplicação da Normativa Nacional e Internacional no Brasil - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio
(21) 3527-1104 / marcianb@puc-rio.br

Nunca fiz uma cobertura com perspectiva de gênero, onde posso achar referências jornalísticas para isso?

As “primeiras vezes” nos dão medo e insegurança, claro. Mas para combinar uma boa apuração, boas fontes e referências, nós temos de aprender com aquelas que vieram antes de nós. Por isso elaborei uma lista de veículos que cobrem temas relacionados ao gênero, sexualidade, raça e as demais interseccionalidades. Acompanhando suas produções, podemos qualificar as nossas e adquirir mais repertório sobre os temas.

Lista de veículos:

Ariadnes <https://ariadnes.org/>

Portal Catarinas <https://catarinas.info/>

AzMina <https://azmina.com.br/>

Gênero e Número <https://www.generonumero.media/>

A Pública <https://apublica.org/>

Intercept Brasil <https://www.intercept.com.br/>

Think Olga <https://lab.thinkolga.com/>

Núcleo Jornalismo <https://nucleo.jor.br/>

Eufêmea <https://www.eufemea.com/>

Nós, Mulheres da Periferia

<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>

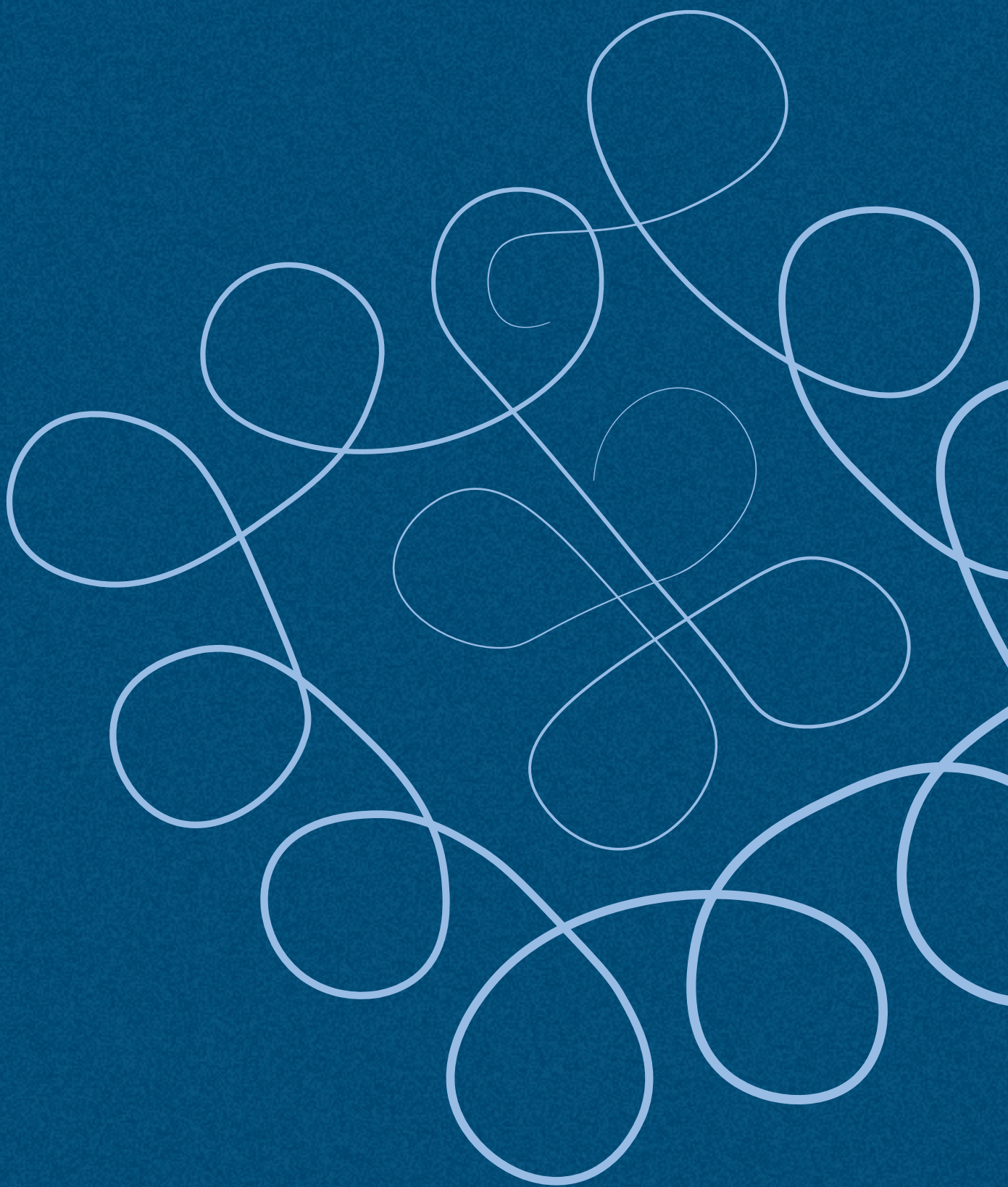
Universa <https://www.uol.com.br/universa/>

Agência Diadorim <https://adiadorim.org/>



08.

**Violentômetro de
situações no Ambiente
Universitário**





Para acessar

Mais informações sobre a oficina estão aqui: [Oficina Chegar à Universidade](#)

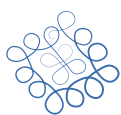
Dentre as diversas violências que ocorrem no ambiente educativo, algumas já citadas anteriormente, entendemos sua classificação num geral (se é física, moral, sexual, por exemplo), mas, em alguns casos, fica difícil distinguir o que é **X** o que não é uma situação de violência. Por isso, trago uma lista com algumas situações e exemplos de como elas se manifestam nesse ambiente.

A lista foi elaborada em conjunto com as integrantes do Projeto Ariadnes na oficina “Chegar à universidade: aprender e praticar relações de gênero saudáveis*” e identifica algumas situações que podem não ser lidas ou entendidas como violência de gênero, mas que configuram violações.

Lista de violências:

- Interromper colegas de turma em sala;
- Falar em grupos como whatsapp, sobre características físicas de colegas de turma;
- Fazer eleições de “mais mais” nas turmas;
- Privilegiar só algumas pessoas nas falas em sala, e silenciar outras;
- Fazer comentários sobre a aparência de estudantes;
- Fazer comentários machistas, misóginos, etc., como “piada”;
- Duvidar da capacidade intelectual de uma pessoa por conta de sua identidade;
- Insistir para beijar ou tocar alguém mesmo depois do não;
- Stalkear alguém, invadindo sua privacidade;
- Fazer elogios de caráter sexual não solicitados;
- Colocar apelidos pejorativos ou estereotipados;
- Tocar no corpo de outra pessoa sem consentimento;
- Pedir favores sexuais em troca de algo, como notas;
- Criticar uma pessoa por suas características pessoais, não pelo seu trabalho;
- Atribuir características gerais a grupos como

- mulheres, homossexuais, pessoas trans;
- Falar do corpo íntimo de uma pessoa para outra sem seu consentimento;
 - Espalhar sobre uma relação sexual sem o consentimento da pessoa (ou pessoas) envolvida com o intuito de se vangloriar;
 - Julgar mulheres por expressarem sua sexualidade em festas universitárias;
 - Assediar e coagir grupos vulnerabilizados, como mulheres, homossexuais e pessoas trans em festas universitárias;
 - Tratar mulheres como objetos sexuais a serem colecionados;
 - Ser conivente com assédio de colegas dentro do ambiente republicano e universitário;
 - Ser conivente com assédio de professores;
 - Tratar vítima como culpada pela agressão/assédio
 - Ultrapassar limites na relação dentro de sala de aula;
 - Ser julgada por suas roupas;
 - Destratar alguém por conta de sua identidade;
 - Usar expressões como mulherzinha, viado, como ofensas;
 - Não acreditar quando alguém relata uma violência sofrida;
 - Classificar como mimimi violências sofridas;
 - Utilizar-se de seu cargo para obter vantagens com estudantes;
 - Praticar extrativismo intelectual contra estudantes ou pessoas abaixo na hierarquia;
 - Estuprar.



Entendemos que as violências se manifestam de diferentes maneiras em nosso cotidiano enquanto mulher e muitas vezes é difícil para nós mesmas assumirmos. Por isso todos os tipos de violência devem ser repudiados, denunciados e retratados com ética pelo jornalismo. Porém é preciso ainda compreender as singularidades de cada cobertura, seja no ambiente universitário ou doméstico, pois elas possuem diferenças na abordagem e também nas denúncias.

Ao trazê-las ou falar delas fica mais fácil compreender e diferenciar essas violações. Além disso, a ideia de um “violentômetro” faz alusão a um termômetro, que mede qual estaria num nível maior ou menor de violência. Porém, ao longo do processo entendi que não é possível classificar ou ranquear esses acontecimentos, pois eles devem ser enxergados coexistindo num ambiente de violência.

Com essa interpretação podemos dar a notoriedade devida para cada caso, que é singular e pode ser denunciado. Diferente de violências domésticas, em que temos ciclos ou espirais – muitas vezes mais complexos de compreendermos* –, as maneiras de se identificar violências de gênero no âmbito universitário contém especificidades e acendem alertas diferentes.



09.

Checklist de bolso



O cotidiano é corrido e, infelizmente, acontecem inúmeras violências de gênero todos os dias nas universidades e outros espaços educacionais como institutos federais. Por isso, preparei um checklist que vai direto ao ponto quando vamos abordar esse assunto, para que as dúvidas fiquem mais fáceis de serem resolvidas e a revisão possa ser guiada por ele antes de publicar seu conteúdo.

O que NÃO devo fazer:

- Estou reproduzindo estigmas e preconceitos?
- Algum trecho está na voz passiva?
- Estou utilizando algum suposto?
- As imagens apenas reproduzem violência?
- Estou “romantizando” algum ato?
- Algum trecho parece desacreditar ou duvidar do relato da vítima?

O título é caça-clique ou sensacionalista?

O que DEVO fazer:

- Perguntar como a pessoa se identifica
- Estou utilizando fontes especializadas em gênero?
- Há diversidade de pessoas (sexualidade, raça, classe, idade) entre as fontes consultadas?
- Existem contextualizações sobre as violências e sobre conceitos necessários?
- Trouxe dados e indicadores das violências?
- Trouxe na apuração outros marcadores sociais que possam ser importantes para o fato?
- Procurei um posicionamento institucional da universidade?
- Existem explicações sobre os processos disciplinares?
- Em qual contexto a violência ocorreu?
- As imagens adicionam informações?
- Existe uma aba de serviços para denúncias e serviços de apoio?
- Reler o material



10.

Materiais adicionais

Pensando da dimensão objetiva e prática deste Manual, fica evidente a necessidade de concisão em alguns temas, por isso indico abaixo alguns materiais que podem complementar a cobertura ou mesmo as informações de quem não é da área.

Tirinha

- O que são papéis de gênero?

Na tirinha "O que são papéis de gênero?", de Ca Dúzik, artista visual, podemos compreender, rápido e de maneira descomplicada, como os papéis de gênero funcionam e são colocados para todas nós. Acesse [@_cartola_](#) e conheça outros trabalhos.

Episódios de podcast

Ana Clara Costa e a anatomia do caso Silvío Almeida - **Rádio Novelo**

As redes sociais têm jeito? Mariana Valente acha que sim - **Rádio Novelo**

Fabiana Moraes quer tirar a subjetividade do armário - **Rádio Novelo**

Quatro paredes e uma Janela - **451Mhz**

Programas

Escute as Mais Velhas

Rádio Novelo Apresenta

Fio da Meada

Livros:

- **Ouvidoria Feminina: Enfrentando a violência de gênero na universidade** (Flávia Souza Pereira, Gisele Fernandes Machado, Julia Cristina Magalhães, Lorena Martoni de Freitas e Natalia de Souza Lisboa) - disponível para compra no site da editora

- **Gênero, patriarcado e violência** (Heleieth Saffioti) - disponível online [Gênero patriarcado violência](#)

- **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida** (Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues) - disponível para [compra](#)

- **Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo** (Jodi Kantor e Megan Twohey) - disponível para [compra](#)

- **Operação Abafa: predadores sexuais e a indústria do silêncio** (Ronan Farrow) - disponível para compra

- **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas** (Tânia Almeida e Valeska Zanello) - disponível online
[Panorama da violência contra mulheres](#)

Outras produções:

O prêmio Jovem Cientista de 2025 elegeu Aryenne Ramos Souza como vencedora na categoria Estudante de Ensino Superior com o trabalho “Gênero e poder no ciberespaço: a dinâmica do assédio sexual contra estudantes do sexo feminino nas redes sociais on-line”.

Antes disso, em 2024, em conjunto com outros autores, Aryenne escreveu a cartilha *O que é assédio sexual online?*, onde cita o ambiente educacional e algumas implicações.

- Acesse aqui: [Cartilha Assédio Sexual Online](#)

Processo de apuração do Caso Alysson Mascaro: [Por que \(e como\) publicamos as denúncias contra Alysson Mascaro | Intercept Brasil](#)

- Reportagem do **Intercept Brasil** sobre violência sexual no ambiente universitário: [556 mulheres foram vítimas de violência sexual em universidades desde 2008](#)

- Cobertura especial do **Metrópoles** sobre assédio sexual na universidade:

[O assédio sexual nos campus do Brasil em 128 atos](#)

[Como o Metrópoles revelou 128 casos de assédio sexual em universidades e IFs](#)

[Assédio sexual em universidades e IFs: como e onde denunciar | Metrópoles](#)

Campanha Sim, é violência. Chame pelo nome do **Instituto Natura/Avon:**
[Instituto Natura](#)

Com guia de bolso: [Guia de Bolso Relacionamentos Saudáveis](#)

Guia de orientação para vítimas de violência sexual, da Câmara de Curitiba:
[Guia de orientação para vítimas de violência sexual — Portal da Câmara Municipal de Curitiba](#)

Guia de Direitos das Pessoas Assediadas, da Universidade Federal de Santa Catarina: [Guia de Direitos das Pessoas Assediadas UFSC](#)

Guia Desinformação: uma das dimensões da violência de gênero, do Supremo Tribunal Federal junto com Internet Lab: [Desinformação: uma das dimensões da violência de gênero](#)

Guia Lilás: Orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal, da Controladoria Geral da União (CGU): [GUIA LILÁS](#)

Cartilha do Senado Federal sobre assédio moral e sexual: [ASSÉDIO](#)

Cartilha da Universidade Federal do Alagoas de prevenção ao assédio: [Cartilha de Prevenção ao Assédio](#)

Cartilha sobre Assédio Moral da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): [Assédio Moral nas Universidades](#)

Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de Assédio Moral e Sexual, Racismo, LGBTfobia e qualquer discriminação e violência do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes): [Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de assédio moral e sexual, racismo, lgbtfo by ANDES-SN | Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Issuu](#)

Esses materiais podem nos ajudar como referências na construção de conteúdos sobre o tema, além de serem ótimas fontes até mesmo para citar diretamente. Espero que ajudem!

Índice remissivo

Assédio.....11, 12, 19, 20, 27, 35, 36, 39, 45, 47, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 84, 89, 93, 108

moral.....20, 65, 66, 72

sexual.....11, 20, 27, 47, 56, 57, 60, 67, 68, 83

Exemplos.....22, 23, 38, 39, 43, 53, 56, 62, 93, 107

Importunação sexual.....20, 21, 25, 56, 73

Jornalística.....11, 16, 25, 27, 48, 51, 84, 98

Prática.....16, 20, 48, 52, 61, 76, 87, 98, 115

Voz passiva.....28, 45, 46, 59, 112

Suposto.....28, 45, 46, 60, 61, 112



Referências Bibliográficas

ANDES-SN. Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de Assédio Moral e Sexual, Racismo, LGBTfobia e qualquer discriminação e violência. Brasília, 2025. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/protocolo_de_combate_preven_o_enfrentamento_e_a Acesso em: 20 ago. 2025.

AS MULHERES, Dossiê Violência Sexual Contra. Agência Patrícia Galvão. Violência Sexual, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero [recurso eletrônico]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-cnj-24-03-2022.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/68219/10/Manual_PAD%20_2022%20%281%29.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. E-Compós, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, Federação Nacional dos Jornalistas, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139, 1989.

DA COSTA, Verônica Soares; JÁCOME, Phellipy Pereira. Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero. LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton (org.). Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2020., 2020.

FERREIRA, Lola. Manual Universa para jornalistas: Boas Práticas na Cobertura da Violência Contra a Mulher. Universo UOL, São Paulo, 2020. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2020/11/4273738876_cartilha-universa-violencia-contramulher.pdf.

GOMES BARBOSA, Karina; VARÃO, Rafiza. Error, Doubt and Gendered Journalism: A Look at the Rape Coverage in the Feature “A Rape On Campus”. Brazilian journalism research, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 12–29, 2018. DOI: 10.25200/BJR.v14n1.2018.1049. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1049>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LISBOA, N. de S.; PEREIRA, F. “Panos quentes queimam quem denuncia”: propostas a partir do feminismo decolonial para superação da violência de gênero na universidade pública. Comparative Cultural Studies: European and Latin American Perspectives, v. 18, 2024. Disponível em: <<https://www.upo.es/revistas/index.php/ccs/article/view/9648>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. Revista Extraprensa, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019.

National Academies of Sciences, Engineering and Medicine (NASEM). Sexual Harassment of Women: Climate, Culture, and Consequences in Academic Sciences, Engineering, and Medicine. Washington, DC: The National Academies Press, 2018.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo: Drops, 2021.

SANTOS, M. F. dos et al. Representatividade Feminina em Reitorias e Vice-reitorias das Universidades Federais do Brasil: uma análise no ano de 2020. In: XVII CONVIBRA - CONGRESSO VIRTUAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2020. Anais eletrônicos [...]. Fortaleza: Convibra, 2020. p. 1-6. Disponível em: https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo23342_20201851.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVEIRA DE CARVALHO, Natalia. Experiências femininas na Universidade: violência de gênero e resistência feminista. Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, Marília, SP, v. 8, p. 59–68, 2022. DOI: 10.36311/2447-780X.2022.v8esp2.p59. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13564..> Acesso em: 25 jun. 2025.

PEREIRA, Flávia S. M. et al Ouvidoria Feminina: Enfrentando a violência de gênero na universidade. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

THINK OLGA. Minimanual do Jornalismo Humanizado. Pt 1: Violência contra a mulher. 2016. Disponível em: <https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_I_Violencia_Contra_Mulher.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.